

PROCURANDO PELO GLOBAL¹

Michael Burawoy²

Como a etnografia pode ser global? Como a etnografia pode ser alguma coisa além de micro e a-histórica? Como o estudo da vida quotidiana pode compreender processos grandiosos que transcendem fronteiras nacionais? Afinal, observação participativa, como os sociólogos a criaram, visa uma interpretação subjetiva das situações sociais ou das bases da interação humana. Ela foi criada para elucidar processos sociais em comunidades delimitadas ou ordens negociadas em instituições. Isso foi, incontrovertidamente, pretendido em pequena escala. Não foi certamente pensado para a escala global! A Antropologia Clássica, igualmente, transformou em um fetiche o confinamento do campo de trabalho, o enclausuramento de uma vila, o isolamento de uma tribo. Estudos de rituais e rotinas, costumes e leis, ou padrões de linhagem irremediavelmente locais. Por norma, a etnografia global pode apenas ser um oxímoro. Este capítulo, portanto, se afasta da convenção.

UMA IMPOSSIBILIDADE TEÓRICA?

Se as perspectivas para uma etnografia global são fracas, de um ponto de vista metodológico, elas não são menos desanimadoras sobre uma ótica teórica. Nessa linha, analisemos a teoria de Fredric Jameson (1991; 1998a; 1998b) sobre a lógica do capitalismo estudado dentro do conceito de pós-moderno global. Para o autor, o conceito de global,

1 Originalmente publicado como "Introduction: Reaching for the global" In: BURAWOY, Michael et al. **Global ethnography**: Forces, connections, and imaginations in a postmodern world. Berkeley: University of California Press, 2000. Tradução realizada por Flávia Ferreira Mendes – mestrandia em Crítica, Curadoria e Teorias da Arte pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa; e Elizardo Scarpatti Costa - Professor de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Agradecemos a intermediação do sociólogo Ruy Braga para que o autor aceitasse a tradução.

2 Professor de Sociologia da Universidade de Berkeley, Estados Unidos. E-mail: burawoy@berkeley.edu.

desde os primórdios do sistema capitalista, está diretamente interligado ao local, iniciando com o processo produtivo realizado através da máquina de fiar, do período da revolução industrial, até os dias atuais marcados pela financeirização produtiva. A etnografia encaixa bem aqui nessa reflexão. Esta transparência dupla entre o perto e o longe não durou por muito tempo. Com a difusão do capitalismo pelo mundo, a verdade do local espalhou-se também para fora das suas barreiras, misturando-se com o global. Foi impossível apreciar o destino dos tecidos de Manchester sem ter conhecimento da escravatura nos Estados Americanos do Sul ou do progresso de colonização da Índia. Com o amparo da ciência, contudo, foi possível discernir o terreno desta nova ordem imperial, o funcionamento dos cartéis, a ascensão do capitalismo e a incorporação forçada das periferias. Com o auxílio teórico, a etnografia pôde, pelo menos em princípio, relacionar o local com o global.

Contudo hoje, sob o capitalismo tardio, a ciência é incapaz de compreender uma experiência fragmentada, dispersa, volátil, vivida, quanto mais conectá-la ao que Jameson considera uma totalidade impenetrável. O local dissolve-se no imaginário efêmero, enquanto o global se torna invisível. Sem lugar para a observação, para desenvolver um ponto de vista coerente, não pode haver nenhuma etnografia, muito menos uma etnografia global. O melhor que podemos fazer é nos debruçarmos sobre experiências passageiras, anedotas reveladoras ou trabalhos estéticos que ofereçam vislumbres de uma “globalidade” fraturada, fragmentada e abrangente. Se o enigmático pós-moderno de Jameson pronuncia a sentença de morte da etnografia, as teorias da sociedade da informação condenam-na à prisão perpétua. No tratado de três volumes de Manuel Castells (1989; 1996; 1997; 1998), a tecnologia da informação promove uma sociedade em rede de alcance global em que o espaço de correntes – correntes de informação, tecnologia, e finanças - substitui o espaço dos lugares, o enraizamento no trabalho industrial, a imutabilidade da vida urbana e rural.

A sociedade da informação divide lugares sem poder, de poderes sem lugar. Por exemplo, os estaleiros dos portos desativados sem função alguma; a ausência de clientes nas lojas de conveniência; e por fim, o usuário do Estado de bem-estar social que é afastado dos discursos universais de necessidade legítima. Não obstante, a transmissão instantânea de informações pelas mídias digitais introduz a atemporalidade e a dissolução da história, ou seja, o mundo está polarizado entre aqueles que se encontram dentro dos fluxos de recursos críticos e aqueles que estão excluídos, entre a sociedade em rede e as populações marginalizadas. Se a etnografia tem algum lugar, é irrevogavelmente local, enterrada em buracos negros ou aprisionada em uma espécie de virtualidade real. Em ambos os casos, não há saída, não há como escalar para o outro mundo. Na teoria de David Harvey (1989) sobre o capitalismo global, a etnografia é autorizada a sair da prisão, mas apenas para deambular por entre mendigos e excluídos da sociedade. A propósito disso, a condição pós-moderna, analisada por Harvey, é impulsionada pelas dinâmicas e contradições da acumulação de riqueza engendrada pelo capitalismo global.

No período fordista, as crises foram resolvidas exportando-as para outros territórios ou adiando-as para o futuro, o que ele chama de “deslocamento espaço-tempo”. Os capitalistas podiam estender os mercados ao mundo não capitalista, no exterior, ou criar novas demandas por meio da guerra ou do Estado de bem-estar social, em casa. Eles podiam aumentar os lucros recorrendo à mão de obra barata ou à inovação infraestrutural. Tendo se exaurido, essas soluções passaram, agora a serem substituídas pela “acumulação flexível”, acelerando os processos de produção, troca e consumo. O capitalismo procura, então, superar a sua crise produzindo mais coisas, com maior velocidade e flexibilidade, transformando os consumidores em meros autômatos receptivos. Todos os reinos da vida se tornam voláteis e efêmeros, sujeitos à “compressão do tempo-espaço”.

Se a etnografia conseguir resistir aos furacões que abalam a vida cotidiana, ela não conseguiria fazer nada melhor do que registrar a

devastação. Trabalhando de cima para baixo, John Meyer e colaboradores argumentaram que a sociedade mundial moderna promove a difusão dos modelos comuns de economias capitalistas e padrões de legitimação entre os Estados-nação (MEYER et. al, 1977; MEYER & ROWAN, 1977). Estes são, obviamente, modelos ocidentais – democracia, mercados, sistemas de educação, ordens legais, e assim por diante. Meyer e os seus colegas têm pouco a dizer sobre o poder difundido pelos modelos ocidentais tampouco, sobre o que é mais importante para nós, de um lado a ligação entre os modelos e normas, e de outro lado, as práticas concretas. Ou seja, ao invés de teorizar o laço entre modelos e práticas, eles falam da sua “dissociação”, tornando difícil compreender as variações concretas dentro das mesmas estruturas formais. No terreno real, a democracia liberal, por exemplo, é muito diferente na África do Sul, na Rússia, na Suécia e nos Estados Unidos. Os neoinstitucionalistas não negam esta diversidade, mas eles deixam os etnógrafos, que trabalham a partir do trabalho de campo, sem ferramentas teóricas para se aprofundarem nas conexões entre micropráticas e macroestruturas. Uma vez mais, os etnógrafos não possuem alicerces teóricos fora do local. Anthony Giddens (1990; 1991) criou uma brecha na armadura global ao reconhecer as novas oportunidades proporcionadas pelo que ele chama “distanciamento” tempo-espaço. No mundo pré-moderno de Giddens, o tempo e o espaço eram inseparáveis, congelados no local, no “lugar”. Então o tempo se separou. Tornou-se o tempo abstrato do calendário e do relógio. Em seguida, o espaço se separou do lugar. A bússola, o mapa e o sistema planetário começam a apontar para um mundo além do lugar, um mundo com sua própria lógica.

Nesse distanciamento espaço-temporal, os locais ainda existem, mas estão conectados uns aos outros através de fichas simbólicas (dinheiro), sistemas peritos (médicos, advogados, contabilistas), bem como por novas tecnologias (linguagem, rádio, televisão e internet). Através deles, a vida cotidiana é retirada do local e ligada diretamente ao global. Para Giddens, no entanto, essas conexões entre espaço e

tempo proporcionam novas possibilidades e novas ansiedades. Mas se o global está habilitando e limitando, a quem ele habilita?

Na nova economia mundial de Robert Reich (1991), a aristocracia trabalhista do “analista simbólico” é quem se beneficia, através da estrutura em rede da alta corporação, por meio de locais de trabalho conectados, que traspassam as fronteiras nacionais e que são removidos dos contextos locais. Esses trabalhadores do céu - “analista simbólico” ou a “classe mundial” de Rosabeth Moss Kanter (1995) - se diferenciam dos que estão em terra, dos trabalhadores da produção e do crescente setor de serviços internos. Saskia Sassen (1991) desce uma escada do céu, amarrando a “cidade global” do executivo corporativo, contador e banqueiro para os exércitos de trabalhadores de serviços, muitas vezes imigrantes, que correm como Lilliputians aos pés de Gulliver. A etnografia agora pode ser fundamentada, mas em um lugar no qual o global ainda é praticamente invisível.

É o prognóstico para a etnografia global e, de fato, para o mundo, tão desesperado quanto parece? Neste texto, argumentamos que não é. Por mais surpreendente que pareça, até mesmo as mais sombrias dessas teorias estendem um convite especial ao etnógrafo. No entanto, eles diferem em substância, todas essas visões compartilham um tema comum: a globalização como a recomposição do tempo e do espaço – deslocamento, compressão, distanciamento e até dissolução. Aqui está a conexão com o etnógrafo, cuja ocupação é, afinal, estudar os outros em “seu espaço e tempo”. Ao entrar na vida daqueles que estudam, os etnógrafos se sintonizam com os horizontes e ritmos da existência de seus sujeitos. O etnógrafo tem, portanto, uma visão privilegiada da experiência vivida pela globalização. Somente com base nisso, se a etnografia pode estabelecer uma *terra firma* e implantar novos mapas cognitivos, ela pode lançar luz sobre os fatídicos processos de nossa era – processos que não deixam ninguém, muito menos os etnógrafos, intocados.

De fato, os etnógrafos globais não podem estar fora dos processos globais que estudam. Eles não são *tabula rasa* em aldeias, locais de

trabalho, igrejas, ruas, agências ou movimentos. Eles também estão incorporados nos ritmos do tempo-espaço, não apenas em relações íntimas, rotinas acadêmicas, *sitcoms* de TV, vida no café, família e assim por diante, mas também em processos distintamente globais. Isso foi especialmente verdadeiro para nós quando desenvolvemos nosso projeto coletivo. Precisamente porque estávamos espalhados por todo o globo, incorporados em lugares tão distantes quanto a Rússia, a Hungria, o Brasil, a Irlanda, a Índia e os Estados Unidos, tornamo-nos a personificação viva do processo que estávamos estudando. Por três anos intensos, não importa onde estivéssemos, havia apenas raros momentos em que algum de nós estava fora de contato com os outros. Espalhados sobre a terra, movendo-nos continuamente entre os lugares, estávamos praticamente sempre conectados por uma rede global, a Internet. Nós vigiávamos um ao outro enquanto vigiávamos outros. A própria estrutura de nosso processo de trabalho nos reuniu global e localmente, nos tirou do local e transformou-se em uma conexão global (Ó RIAIN, 1997).

Ser um etnógrafo global é uma coisa; fazer etnografia global é outra. Tivemos que repensar o significado do trabalho de campo, liberando-o do confinamento solitário, de estarmos ligados a um único lugar e tempo. Tivemos que dotar o trabalho de campo com a flexibilidade de se ajustar às coordenadas do espaço-tempo da população de sujeitos. Tivemos que conscientemente combinar a moradia com a viagem³ (CLIFFORD, 1992;1997; RABINOW, 1977).

³ James Clifford explica a devoção dos primeiros antropólogos com o trabalho de campo em um único lugar e sua preocupação em morar - em vez de viajar □, como uma tentativa de se demarcar de missionários, viajantes e administradores coloniais, que também faziam descrições das tribos e povos com os quais eles entravam em contato. A observação sistemática, sustentada ao longo do tempo em um lugar, visava torná-los cientistas que se diferenciavam dos leigos (Ver Clifford, 1991; 1997). Paul Rabinow (1977) produziu uma das primeiras etnografias que rompeu com os códigos profissionais, viajando através e fora do campo de trabalho. Terminado com os rituais preliminares da escola de pós-graduação em Chicago, Rabinow decolou para o "campo", chegando a Sefrou, uma das cidades regionais de Marocco. Sua narrativa de movimento, leva o leitor dos postos avançados coloniais da cidade para sua Ville Nouvelle (onde ele encontra seu primeiro professor de árabe) e de lá para a Medina, onde ele encontra seu principal contato com a aldeia. Rabinow negocia a entrada no campo com os anciãos da aldeia e, uma vez no campo, ele é passado de um informante para outro. Finalmente, ele conhece um guia marroquino que o leva a uma auto-realização mais profunda. As reflexões terminam com Rabinow retornando a Chicago, uma pessoa mudada, ainda mais desinteressada

Tivemos que buscar enfermeiras indianas que trabalham nos Estados Unidos de volta a Kerala, seguir as carreiras de engenheiros irlandeses de *software* enquanto eles se movimentavam em espiral através de redes corporativas transnacionais e nos engajamos nos discursos feministas que circulam entre o Brasil e os Estados Unidos.

Mesmo quando os nossos campos não se estendiam por todo o globo, e era apenas a imaginação dos participantes que os conectava ao global, nossa etnografia não era menos multilocalizada (MARCUS, 1998)⁴. Procuramos entender o movimento incessante de nossos sujeitos, o mosaico de suas imaginações em proliferação, e também de nós mesmos, trocando continuamente de lugar, movendo-nos entre locais dentro do campo. Não foi possível nos limitarmos a um único movimento social de combate ao câncer de mama: tivemos que estudá-los em relação uns aos outros – sua diversidade interna, seu entrelaçamento, os diálogos através dos quais eles realizam suas próprias trajetórias. Campanhas de organização sindical afirmam que a cidade global não pode ser entendida isoladamente, mas apenas em suas múltiplas conexões. O choque das imaginações globais em torno do despejo tóxico na Hungria rural não pode ser entendido, fora de sua conexão com a fonte de resíduos – a *Budapest Chemical Works*. Em qualquer campo, se tivesse alcance global ou fosse limitado pela comunidade ou pela nação, nosso trabalho de campo tinha que reunir uma imagem do todo, reconhecendo diversas perspectivas das partes, de locais singulares, mas conectados.

Mesmo quando nós, conscientemente, elevamos a escala do movimento, não perdemos de vista o nosso destino. Nós estávamos determinados a que nossos estudos não se dissolvessem em uma confusão de fratura e fragmentação pós-moderna, que eles não se tornassem um pastiche de vinhetas, e nós não nos tornássemos

da pós-graduação do que quando ele partiu. O livro está saturado com a linguagem do movimento. Ao deslocar o etnógrafo como morador e centralizador, ele viola todas as normas convencionais.

⁴ George Marcus (1998) elabora a ideia da etnografia "multi-sited", especialmente nos capítulos 1 e 3.

turistas viajando de resort em resort. Estávamos determinados a fundamentar nossas etnografias em histórias locais. Não foi fácil recuperar passados e usamos todos os meios disponíveis – histórias orais, arquivos, documentos oficiais, jornais, memórias da comunidade. Desta forma, nossas etnografias também se tornaram etnohistórias. Usamos essa base no passado para espiralar e explorar as mudanças na globalização. O clamor dos beneficiários húngaros de bem-estar social para serem tratados como “mães” foi atribuído à penetração de novos discursos globais que exigiam testes de meios para substituir as políticas universais de bem-estar socialista. As experiências de mudança de trabalho nos estaleiros de São Francisco foram atribuídas à desmilitarização e à reestruturação da construção e reparação naval global. Ao empurrar seus carros de lixo com energia e determinação, os recicladores de rua tentaram reencenar um mundo de empregos de colarinho azul, da Pax Americana, um mundo que haviam perdido.

Em suma, incorporando a etnohistória à etnografia e combinando moradia com movimento, todos os nossos estudos realizaram três coisas: primeiro, mergulharam em forças externas; segundo, exploraram conexões entre locais; e terceiro, descobriram e destilaram imaginações da vida diária. Forças, conexões e imaginações tornaram-se os três componentes essenciais, os três eixos dos nossos estudos. No entanto, determinar qual desses três se tornaria o foco, em cada caso de análise especificamente global, variou de acordo com a experiência particular da globalização – se as pessoas experimentaram a globalização como uma força externa a ser resistida ou acomodada, se as pessoas participaram da criação e reprodução de conexões que se estendiam pelo mundo, ou se as pessoas mobilizavam e/ou disputavam imaginações que eram de dimensões globais.

Para explicar a metodologia que praticamos, adotei duas abordagens interconectadas. Na primeira abordagem, aponto o terreno da etnografia global por referência ao que ela não é. Muito do que se segue, na primeira abordagem, discute as limitações da antropologia sedentária e perspectivista, de um lado, e da sociologia urbana e

institucional, de outro. A segunda abordagem, para desdobrar a etnografia global, é genealógica, traçando como chegamos até onde estamos. Aqui a chegada, não é acidental nem inevitável. Havia muitas reviravoltas na estrada; entramos em muitas ruas sem saída enquanto lutávamos para descobrir o global. Tais caminhos, iniciados, mas não acabados, não aparecerão aqui. Em vez disso, minha narrativa aborda meu próprio engajamento crítico com duas importantes tradições da etnografia – a sociologia da Escola de Chicago e a antropologia da Escola de Manchester – chegando ao método do caso estendido e daí à etnografia global.

Do ponto de vista atual, não se deve esquecer que, no início deste século, nas décadas de 1920 e 1930, a sociologia quase coincidia com a etnografia. No período da preeminência da Escola de Chicago, as pesquisas sociais estavam associadas a uma reforma radical e ao movimento de mulheres em torno de Jane Addams e Hull House, enquanto a observação participante era científica – objetiva, dura e masculina. Assim, começo com o clássico fundacional de Chicago, *The Polish Peasant in Europe and America*, de Thomas e Znaniecki (1927), publicado logo após a Primeira Guerra Mundial. Do ponto de vista da etnografia global, esse foi realmente um começo muito promissor, mas os sucessores de Thomas e Znaniecki na Escola de Chicago limitaram o escopo do campo ao interior de organizações e instituições. A conexão com a história e o mundo exterior foi perdida. Como o objeto da etnografia tornou-se mais limitado, seu método tornou-se progressivamente mais marginal dentro da sociologia.

A trajetória da etnografia dentro da antropologia, no entanto, foi o inverso. Nas primeiras décadas deste século, os antropólogos profissionais procuraram separar-se dos amadores – missionários, viajantes, administradores coloniais – enfatizando a rigorosa prática científica de observações cuidadosas *in situ*. A figura mítica do antropólogo solitário e isolado rodeado de “nativos curiosos” tornou-se paradigmática. Malinowski, acampado em sua tenda nas Ilhas Trobriand, significava a nova disciplina.

Não muito longe da tenda do antropólogo, uma tempestade estava se formando. O confinamento do antropólogo logo seria perturbado pelos distantes e às vezes não muito distantes tambores do anticolonialismo. Aqui tomo a história da Escola de Antropologia Social de Manchester como a vanguarda desse despertar antropológico para uma ordem imperial mais ampla. Sua perspectiva sobre a etnografia, refratada pelas lutas de classe e de raça na África Austral, ainda era limitada pela ordem imperial da qual dependia.

Observando a partir de um mundo pós-colonial, é fácil diagnosticar as limitações do método da Escola de Manchester – o método do caso estendido –, mas ainda assim o tomamos, ou ao menos sua revisão, como nosso ponto de partida para nossa etnografia global. Finalmente, mostramos como nossas sensibilidades sociológicas diferem daquilo que é agora uma florescente antropologia global⁵, ou daquela tendência dentro dela que marginaliza a história e negligencia a importância contínua do estado-nação⁶. Na conclusão, justapomos nossas próprias globalizações fundamentadas em seus “cenários” globais perspectivos.

O CAMPONÊS POLONÊS NA EUROPA E NA AMÉRICA

O movimento científico da *antropologia*, durante a segunda década do século, transformou o trabalho de campo em um rito profissional de passagem e com isso veio o isolamento analítico de sociedades “tribais”, despojando-as de sua história, separando-as de suas determinações coloniais e capitalistas⁷. Em contraste, a virada científica na *sociologia empírica*, pelo menos nos Estados Unidos, começou com uma visão global, iniciada pelo clássico idiossincrático, eclético de W.I. Thomas e Florian Znaniecki (1927); originalmente

⁵ Para revisões recentes da literatura, ver Michael Kearney (1995) e George Marcus (1998, Cap.3).

⁶ Há muitas figuras antropológicas importantes que resistiram à tentação de marginalizar a história. Eric Wolf (1982) foi uma figura central no pioneirismo da localização da etnografia em seu contexto global e histórico. Outros antropólogos se tornaram historiadores sociais sensíveis. Ver, por exemplo, John and Jena Comaroff (1991; 1992).

⁷ Ver Joan Vincent (1990), para uma fascinante reconstrução histórica do campo da antropologia, que mostra como este fechamento na tribo surgiu; e Eric Wolf (1982) para uma reconstrução antropológica da história através de uma lente do sistema mundial.

publicado em cinco volumes entre 1918 e 1920, e que se tornou a base da fundação da antiga Escola de Chicago.

Começa com uma visão do camponês polonês (antes de 1850), vivendo dentro de uma série de grupos primários rurais, dos quais a família extensa era o mais importante. Termina com as instituições e costumes da sociedade polonesa-americana em Chicago. Extraordinário para o seu tempo, *The Polish Peasant in Europe and America* descreve comunidades em fluxo, com histórias em ambos os terminais do fluxo de imigração. Sua descrição da mudança social lembra o relato de Émile Durkheim sobre a transição da solidariedade mecânica para a orgânica, mas aqui a transição é mais obviamente precária e espacial (atravessando o Atlântico) do que temporal (DURKHEIM, [1893], 1984). Thomas e Znaniecki viram a decadência da antiga ordem como tendo dois caminhos – ou *desorganização*, em que os valores do grupo não regulam mais o comportamento individual, ou *reorganização*, em que novas instituições emergem para promover a reintegração do indivíduo. O caminho para uma ordem moderna, “racional”, autorreguladora é atormentado pelas forças conflitantes de desorganização e reorganização. Na Polônia, o equilíbrio favorecia a reorganização e a construção da nação, enquanto a desorganização de Chicago assumia a dianteira, à medida que as instituições adaptativas demoram a se desenvolver.

Embora de âmbito global, *The Polish Peasant in Europe and America* é ao mesmo tempo método etnográfico, na medida em que se baseia em “documentos humanos” para descrever as experiências de migrantes sazonais em casa e imigrantes no exterior. Suas mais de duas mil páginas intercalam análises sociológicas e comentários históricos com longos trechos de cartas trocadas entre membros da família, artigos de jornais, autos da corte e autobiografia.

Curiosamente, Thomas considerou a evidência documental como mais confiável do que a entrevista, que ele considerava fonte de distorção. Como autores, Thomas e Znaniecki ficam apagados no texto, de modo que até mesmo a divisão do trabalho entre eles é uma questão

controversa. Sabemos, no entanto, que o projeto foi ideia de Thomas. Passou muito tempo vagando pelos bairros de Chicago, aprendeu polonês e, entre 1908 e 1913, passou oito meses todos os anos na Europa, onde colecionava materiais, visitava cidades importantes, mergulhava na história local e se misturava com camponeses. Ele tinha inicialmente um plano mais ambicioso, finalmente arquivado, de comparar camponeses de diferentes partes da Europa. Foi em sua última viagem a Varsóvia que conheceu Florian Znaniecki, um filósofo social profundamente familiarizado com a sociedade camponesa polonesa. Forçado ao exílio em 1914, Znaniecki pediu auxílio a Thomas, e foi então convidado a participar do empreendimento colaborativo que viria a se tornar *The Polish Peasant in Europe and America*. Foi Znaniecki quem coletou os materiais documentais na comunidade polonesa de Chicago⁸.

Se isso era etnografia, certamente era muito diferente da forma pioneira de outro emigrante polonês, Bronislaw Malinowski, que estava montando sua tenda na Nova Guiné, na época em que Thomas e Znaniecki estavam escrevendo o *The Polish Peasant in Europe and America*. Enquanto Thomas e Znaniecki procuravam localizar a experiência subjetiva e vivida do camponês polonês em seu contexto histórico e geográfico mais amplo, Malinowski, reagindo contra a teoria evolucionista, opunha-se militantemente à história e à consideração do contexto extralocal. A vida de trabalho nômade de Thomas e Znaniecki de viajar e morar contrasta com o confinamento solitário de Malinowski. No entanto, eles compartilham um recurso. Como o isolamento de Malinowski na comunidade Trobriand, Thomas e Znaniecki procuraram por uma “comunidade camponesa” original e autocontida. Mas o propósito do isolamento era diferente: Malinowski queria diagnosticar o funcionamento interno e a estabilidade da comunidade trobriandesa existente, enquanto Thomas e Znaniecki buscavam uma linha de base histórica a partir da qual entender as mudanças operadas na Polônia

⁸ Esta narrativa é extraída da "Introdução" de Morris Janowitz's (1966) e de Martin Bulmer (1984).

desde meados do século XIX. Seu primeiro volume, portanto, é dedicado à erosão da comunidade camponesa provocada pelas potências ocupantes, pelo avanço da industrialização, pelo empobrecimento rural e pela mudança da estrutura de classes e da mobilidade social⁹. Thomas e Znaniecki eram muito conscientes de como a decadência poderia levar em muitas direções – à desorganização, à reação e até à revolução. Eles descreveram todas essas tendências bem como as possibilidades de um novo tipo de sociedade cooperativa, baseada em normas “racionais” e não em costumes irrefletidos.

Thomas e Znaniecki observaram que as mesmas forças que levavam ao enfraquecimento do grupo primário e à ascensão do individualismo poderiam, sob as condições certas, levar à reorganização da sociedade rural. A ascensão do que hoje chamaríamos de sociedade civil nacional dependia de novas formas de liderança intelectual, educacionais, associações secundárias e, acima de tudo, da imprensa. Thomas e Znaniecki estavam especialmente interessados na formação da sociedade civil sob o que era, efetivamente o domínio colonial. Muito antes de Benedict Anderson (1983), eles entenderam a importância do capitalismo que emergia, para constituir a nação como uma comunidade imaginária. Através dos jornais bem como através de cartas trocadas. através do Atlântico, o mundo do camponês ascendeu a uma escala global.

Tais *imaginações globais* se estenderam à criação real de comunidades utópicas em terras distantes, como a proposta do estado do Paraná no Brasil, para o qual milhares de poloneses foram despejados, na década de 1890. Thomas e Znaniecki descreveram a “super-territorialização da sociedade polonesa-americana”, ou o que hoje chamamos de “desterritorialização” do Estado-nação¹⁰. Associações religiosas, culturais e políticas ligaram comunidades nos Estados

⁹ Estou aqui referindo-me à edição de dois volumes de 1927 de *The Peasant Polish in Europe and America* e não à edição original de cinco volumes. O conteúdo é idêntico, apenas ligeiramente rearranjado. Thomas e Znaniecki concentram-se principalmente em partes da Polônia ocupadas pela Rússia e, em menor medida, nas regiões ocupadas pela Alemanha, dificilmente mencionando a Polônia austro-húngara.

¹⁰ Ver, por exemplo, Basch, Schiller e Blanc (1994) ou Rachel Sherman (1999).

Unidos à Polônia. De fato, a América polonesa tornou-se a "quarta província da Polônia". De modo geral, as imaginações globais alimentaram as *conexões globais* de emigrantes e daqueles deixados para trás. Cartas trocadas entre emigrantes poloneses e suas famílias em casa eram dominadas pelas necessidades econômicas das últimas. Mulheres sem recursos, com seus filhos, na Polônia, descreviam uma vida de miséria enquanto pediam remessas, enquanto os emigrantes ficavam preocupados com o destino de seus parentes, o enterro de seus pais, o emprego de um irmão ou o casamento de uma irmã. É difícil saber que proporção de emigrantes escreveu cartas, mas a evidência de contato contínuo é impressionante.

Além da troca de dinheiro, houve um movimento contínuo de pessoas, com emigrantes patrocinando amigos e parentes, que trariam as últimas notícias e fofocas da aldeia. Hoje, como veremos na parte dois, o telefone, o vídeo e o computador possibilitam a divisão em dois mundos, mas há pouca evidência de que os dilemas da dualidade sejam muito diferentes agora do que eram há um século. Que *forças globais* impulsionaram a emigração? Aqui Thomas e Znaniecki carecem de estrutura teórica convincente. Eles estavam preocupados com respostas individuais às circunstâncias sociais, ao invés de explicar as circunstâncias em si. Em sua introdução metodológica, seguindo um trabalho anterior de Thomas, eles propõem quatro "desejos" subjacentes que governam a adaptação humana: desejo de nova experiência, desejo de reconhecimento, desejo de domínio e desejo de segurança. Eles se movem das situações sociais para dentro, para o indivíduo e para o psicológico e não para o macro e o econômico. No entanto, apesar de sua hostilidade geral às explicações materialistas, no capítulo "Emigração da Polônia", Thomas e Znaniecki argumentam que a diferença entre a migração sazonal para a Alemanha e a emigração mais dramática para a América estava relacionada a níveis de empobrecimento rural. Os migrantes sazonais geralmente eram pequenos agricultores que buscavam renda suplementar, enquanto os emigrantes eram mais propensos a vir de um proletariado rural mais

pobre e sem-terra. Eles não têm, no entanto, uma análise do mesmo nível da demanda de mão de obra – a indústria siderúrgica, os frigoríficos, os novos fabricantes e a indústria do vestuário –, setores econômicos que fizeram de Chicago um imã de trabalho para os imigrantes, na última década do século XIX e na primeira década do XX.

Quando se voltam para a experiência dos imigrantes em Chicago, eles descrevem os efeitos devastadores do que eles chamam de "dependência econômica", que nada mais é do que os resíduos do trabalho assalariado sob o capitalismo não regulamentado do início do século XX. Thomas e Znaniecki não se concentram no trabalho assalariado, mas no choque para o imigrante acostumado com a estabilidade da vida rural; na fraqueza das novas instituições de controle social (igreja, paróquia, sociedade de benefícios mútuos, lojas e imprensa); e nos efeitos corrosivos das agências de assistência social individualizantes. Assim como a antropologia ficou em silêncio sobre o imperialismo, Thomas e Znaniecki silenciaram sobre o capitalismo. Foi o pano de fundo não examinado para a adaptação (má) dos imigrantes; ao ignorarem o capitalismo, desconsideraram as forças de classe que mais tarde inaugurariam o *New Deal*. Como terei motivos para repetir, e como outros já disseram antes de mim, sem uma análise do capitalismo ou do Estado, é impossível entender, primeiro, a transformação da América e, depois, o mundo no século XX¹¹.

The Polish Peasant foi, portanto, *etnografia global sem uma teoria da globalização*. Tais teorias estavam, é claro, disponíveis nos escritos de Lenin, Luxemburgo, Hildferding e outros socialistas, mas nada poderia estar mais longe do pragmatismo liberal da sociologia inicial de Chicago. Sem teoria, a etnografia global estava fadada a murchar na videira local. A possibilidade de levar *The Polish Peasant* na direção de uma etnografia mais global foi firmemente enterrada pela célebre acusação de Herbert Blumer (1939) sobre sua metodologia. Convidado

¹¹ Ver, por exemplo, ZARETSKY (1984).

pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais para pronunciar-se sobre *The Polish Peasant*, ele repreendeu os autores por não corresponderem às suas pretensões científicas. Teoria e dados eram, de acordo com Blumer, na melhor das hipóteses fracamente acoplados. A distinção de Thomas e Znaniecki entre valores e atitudes, sua tipificação da personalidade, seus conceitos de desorganização e reorganização, foram obtidos independentemente dos documentos humanos que eles deveriam analisar. Para Blumer, esse era o pecado fundamental, e não a característica definidora do bom trabalho teórico. O programa psicológico social anunciado no início do *The Polish Peasant in Europe and America*, onde, entre outras coisas, Thomas e Znaniecki propunham uma análise situacional baseada em interpretações subjetivas e microprocessos emergentes, tornou-se a base do trabalho subsequente de Blumer, mas, por enquanto, ele o estava usando para fazer julgamentos negativos sobre seu empreendimento empírico. Em vez de usar seus ricos dados históricos para desenvolver uma nova macroteoria, Blumer optou por reforçar a base científica da psicologia social de Thomas e Znaniecki. O tempo não estava maduro, o interesse não estava lá e o treinamento estava ausente para localizar esses processos transnacionais tão bem documentados em seu contexto global.

A crítica de Blumer sobre *The Polish Peasant in Europe and America* enunciava uma concepção da ciência como indutiva, enraizada e emergente dos dados. Ela tornar-se-ia a base da "teoria fundamentada", que levou a etnografia a águas cada vez mais restritas¹². Blumer tornou-se um precursor que levou a sociologia de Chicago para o interacionismo simbólico, para o estudo de ordens negociadas dentro de espaços delimitados. Como veremos, havia muitos fatores que predispunham os habitantes de Chicago a abandonar o quadro histórico mais amplo da *etnografia institucional*, mas Herbert Blumer era um grande arquiteto e propagandista, e sua crítica ao *The*

¹² O *locus classicus* aqui é GLASER e STRAUSS (1967).

Polish Peasant in Europe and America era um de seus documentos fundadores. Mas estamos nos adiantando, entre Thomas e Znaniecki e as etnografias institucionais de Chicago, pós-Segunda Guerra, de Howard Becker, Erving Goffman, Fred Davis, Anselm Strauss, Donald Roy e outros estudantes de Everett Hughes há o período clássico da Escola de Chicago, sob a liderança de Robert Park e, em menor medida, de Ernest Burgess – o período da *etnografia local*, cujos principais estudos surgiram nos anos vinte e trinta.

A INTROVERSÃO DA ESCOLA DE CHICAGO

Depois que a Universidade de Chicago dispensou William I. Thomas em 1918, Robert Park tornou-se a principal figura do departamento e, com Ernest Burgess ao seu lado, foi pioneiro no que veio a ser conhecido como *A Escola de Chicago de Sociologia Urbana*¹³. Ali Thomas e Znaniecki exploraram a integração nacional da comunidade camponesa, tanto como um processo dentro da Polônia como entre a Polônia rural e a América urbana. Park e seus seguidores, por sua vez, limitaram sua atenção à incerta transição que estava ocorrendo nas portas deles. Mais uma vez Durkheim, embora em grande parte não reconhecido, pairava em segundo plano – não apenas sua teoria da anomia ou da desorganização, mas também sua teoria da mudança social¹⁴. Segundo Durkheim, a urbanização trouxe aumentos na densidade moral, impulsionando a competição e a diferenciação com base na adaptação ao meio ambiente (DURKHEIM, [1893] 1984). Ao adotar essas ideias como próprias, a Escola de Chicago fundou o campo

¹³ Thomas foi preso em um quarto de hotel em Chicago com uma jovem, acusado de conduta desordeira, registro falso e exploração sexual. O evento atraiu muita publicidade negativa, especialmente porque o marido da jovem tinha acabado de embarcar para a França para lutar na guerra. O próprio Thomas sempre foi uma figura controversa, também por seu forte apoio aos direitos das mulheres. A sóbria Universidade de Chicago não queria mais nada com ele, apesar dos protestos de alguns de seus colegas.

¹⁴ Em seu livro didático, *Introdução à Ciência da Sociologia*, Park e Burgess (1967b) recorrem a Durkheim em seu capítulo introdutório, usando a noção de "representação coletiva" para estabelecer as bases de seu conceito-chave de controle social. A única referência significativa a Marx nas mais de mil páginas é a de seus "pesados tomos", aos quais apela o socialismo ortodoxo. Simmel, pelo contrário, é uma influência dominante em todo o processo.

da ecologia humana – o estudo da divisão da cidade em áreas naturais, cada uma desempenhando funções distintas para o todo¹⁵

Arquetípica a esse respeito, a famosa representação de Burgess (1990) da cidade consistia em zonas concêntricas - o distrito empresarial central, cercado por uma área de transição invadida por comércios e indústrias de pequeno porte, levando a uma zona habitada pela classe trabalhadora. Mais adiante estão as áreas residenciais das classes mais altas, e nos limites da cidade a zona de subúrbios. Park e Burgess enviaram seus alunos para estudar essas áreas em detalhe – quem morava lá, de onde eles vinham, o que faziam e as formas emergentes de associação e desorganização. Os melhores alunos voltaram com etnografias locais de moradores de rua¹⁶ e da favela de "Little Hell" (Pequeno Inferno), que hoje se tornaram clássicas, na porta dos fundos da maior concentração de riqueza de Chicago ao longo da Gold Coast (ZORBAUGH, [1929], 1976). Louis Wirth estudou o gueto judeu, traçando dois milênios de história migratória da Europa Oriental, Espanha e Alemanha para a América (WIRTH, [1928] 1956). A maioria dos detalhes da monografia de Wirth dissecou os padrões de assentamento em Chicago de duas ondas sucessivas de imigração. Ainda mais do que em Thomas e Znaniecki, as intenções de Wirth para

¹⁵ O *locus Classicus* da antiga Escola de Chicago, conhecido como a "bíblia verde", foi o texto de Robert Park e Ernest Burgess ([1921], 1969). Park ficou famoso mais como ensaísta do que como autor de monografias originais. Ver, por exemplo, as coleções de Park e Burgess ([1925], 1967a) e Ralph Turner (1967). A melhor biografia de Robert Park é a de Fred Matthews (1977).

¹⁶ Ver Nels Anderson (1967). Embora essa etnografia não seja de modo algum global, ela localiza o trabalho migratório e a falta de moradia no contexto do capitalismo. Para realizar esse trabalho, o autor experienciou durante um ano a vida de morador de rua, o que, também foi demonstrado pelo estudo de Teresa Gowan (cap. 3, em BURAWOY, 2000). A temática de estudo desses dois investigadores, não é um tema muito pesquisado pelos cientistas sociais, tendo em vista a relevância do tema para o mundo do trabalho. Mas há uma diferença. Enquanto os recicladores independentes de Gowan tentam recriar um mundo que perderam, os moradores de rua descritos por Anderson são mais voltados para o futuro, menos oprimidos pela estigmatização, mais voltados para a comunidade e mais politicamente engajados (muitas vezes com o IWW). De fato, em uma nova introdução, escrita em 1961, trinta e oito anos após a publicação do livro, refletindo sobre o desaparecimento dos moradores de rua, Anderson se referiu a eles como "figuras heróicas na fronteira" (1967, p. xxi). Muito distante da patologização contemporânea dos sem-teto, com certeza, mas notavelmente carente de crítica ao mundo material e discursivo que produziu a degradação que ele descreveu com tanta eficácia. Do ponto de vista de Park e da Escola de Chicago, a obra *The Hobo*, de Nels Anderson, ofereceu um estudo de caso de uma comunidade autorregulada.

construir uma etnografia global foram eclipsadas por uma preocupação com os problemas de adaptação e de mobilidade dentro da cidade.

Também houve estudos de instituições urbanas específicas. O mais famoso deles é o estudo de Paul Cressey (1932) sobre o salão de dança de táxi (*taxi dance hall* – tipo de salão de dança, onde mulheres jovens chamadas de dançarinas de táxi são contratadas para dançar com os clientes), onde homens solteiros pagavam para dançar com mulheres jovens, contratadas por proprietários do salão. Cressey e seus colaboradores observaram o "jogo sexual" na pista de dança e entrevistaram tanto dançarinas de táxi (*taxi dancer*) quanto clientes, mostrando como essa nova instituição foi uma adaptação à vida anômica da metrópole, repleta de imigrantes e pessoas deslocadas. Em todos esses estudos, sob o caos da vida urbana, há movimento e vibração incessantes, em que os etnógrafos de Chicago revelam uma fragmentação ordenada. Como Park gostava de repetir, Chicago era o laboratório ideal para o estudo de processos sociais, para a descoberta de leis universais da interação humana. No final, essas leis eram poucas e desconectadas entre si, muitas vezes adicionando não mais do que generalidades soltas, como o ciclo otimista de interação do grupo em Park, da competição ao conflito, à acomodação e, finalmente, à assimilação.

Mesmo quando a antiga Escola de Chicago se limitou à etnografia local, evitou cuidadosamente o estudo do trabalho e da indústria. Mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, esses assuntos tornar-se-iam um foco central da etnografia institucional. Nos anos vinte e trinta, o estudo das relações industriais foi dominado pela equipe de Harvard, liderada por Elton Mayo. Em suas exaustivas investigações da usina de Hawthorne, em Chicago, na Western Electric Company, Mayo e sua equipe, bem como os moradores de Chicago, tentaram ignorar o que estava acontecendo à sua porta: a crescente luta de classes resultado da depressão econômica. No caso da Escola de Chicago, o silêncio parecia ainda mais ensurdecedor do ponto de vista de Park e sua prodigiosa experiência comparativa: começando como jornalista, ele

passou a fazer pós-graduação em Harvard e na Alemanha e depois por sete anos trabalhou de perto com Booker T. Washington, em Tuskegee, antes de chegar a Chicago em 1913, aos 49 anos. A Escola de Chicago, mesmo praticando uma sociologia do “homem comum”, sempre foi hostil a qualquer coisa que cheirasse a revolução ou socialismo. Ao focar o assentamento urbano sob a perspectiva do controle social, eles estavam alheios às próprias forças que estavam transformando a cidade.

A lição metodológica, no entanto, é o que me preocupa aqui. A busca por leis trans-históricas¹⁷ obscureceu a história real, a saber, as mudanças sísmicas no cenário político e social das décadas de 1920 e 1930¹⁸. Como Lizabeth Cohen (1990) documentou, sob o choque da depressão, associações étnicas e empregadores paternalistas não puderam mais proteger as suas comunidades. As classes trabalhadoras de Chicago reviram as suas prioridades, reorganizando-se nos sindicatos. O impulso popular por trás das associações de classe superou as divisões étnicas e até raciais, reconfigurando o próprio significado das identidades particularistas. Os modelos conceituais de invasão e sucessão de Park, os ciclos de interação grupal, as funções das áreas “naturais” e assim por diante, excluíram a etnografia de seu contexto local e perderam as transformações dramáticas provocadas pela ascensão da cultura de massa, das máquinas políticas, dos sindicatos e de um estado de bem-estar social rudimentar.

A Escola de Chicago tinha notavelmente pouco a dizer sobre as relações de classe, mas havia uma exceção notável, geralmente negligenciada, que fala muito sobre a tradição parkiana. *The strike*, de Ernest Hiller (1928) é um estudo conceitualmente rico e empiricamente concreto sobre consciência de classe, mobilização de classes, luta de

¹⁷ Nota do tradutor: Leis que procuram a regularidade e as condições de causa e efeito, dos quais resultam determinados fenômenos sociais ao longo da história humana, não se refere apenas a uma sociedade em particular.

¹⁸ É assim que Park e Burgess (1969) distinguem a sociologia da história: "Assim que os historiadores tentam tirar os acontecimentos de seu cenário histórico, isto é, de suas relações de tempo e espaço, a fim de compará-los e classificá-los; assim que os historiadores começam a enfatizar o caráter típico e representativo e não único dos eventos, a história deixa de ser história e se torna sociologia" (PARK e BURGESS, 1969, p. 8).

classes e compromisso de classe. A obra examina as greves a partir da "situação social" (*social situation*) dos trabalhadores, dando credibilidade à sua imaginação e racionalidade, bem como os impedimentos estruturais para o seu sucesso. É etnográfico na medida em que Hiller baseia sua análise em todos os tipos de documentos humanos de toda a Europa e dos Estados Unidos – discursos socialistas, panfletos táticos, jornais, autobiografias, documentos governamentais e relatórios de conciliação entre trabalhadores e empresários. Sua variedade de leituras foi extraordinária para um sociólogo de sua época.

Ainda assim, paradoxalmente, Hiller presta pouca atenção à notável história dos conflitos trabalhistas em Chicago. Como se para sublinhar a irrelevância do lugar e do tempo, ele começa seu livro com uma greve "típica", em uma mina em Gales do Sul! Greves em diversos setores - carvão, aço, vestuário, ferrovias, docas, agricultura - são todas agrupadas, independentemente do contexto histórico ou nacional, com o único objetivo de descobrir (ou ilustrar?) a "história natural" da greve - mobilizar para ação, manter a moral, controlar os fura-greves, envolver o público e, finalmente, desmobilizar e reorganizar. A história natural torna-se a história fora do contexto¹⁹. Como veremos, a substituição do processo natural pela especificidade histórica é um fio condutor que passa pela etnografia de Chicago, desde Park até Janowicz.

Após a Segunda Guerra Mundial, o departamento de Chicago se viu em desordem, enquanto suas várias facções lutavam pela manutenção de Park. Os sociólogos de Chicago estavam cientes de que a sociologia tomava rumos diferentes em outros lugares e que estavam perdendo a preeminência anterior à guerra. Eles enfrentaram a concorrência da Costa Leste, de Harvard, onde Talcott Parsons foi pioneiro da teorização dedutiva do funcionalismo estrutural, e de Columbia, onde a equipe de Merton e Lazarsfeld desenvolvia a pesquisa

¹⁹ O livro de Hiller (1928) antecipa grande parte da literatura de movimentos sociais de hoje - a busca pela universalidade vem com o peso da história. Os estudos de Gille, de Lopez e de Klawiter (In BURAWOY, 2000) adotam uma abordagem diferente e contextualizada dos movimentos sociais.

quantitativa e propunha a teoria de médio alcance. Na busca por seu próprio nicho, os sociólogos de Chicago – Everett Hughes, Louis Wirth e Herbert Blumer – lutaram entre si para definir uma abordagem subjetiva e situacional do comportamento, e uma noção empiricamente fundamentada de teoria²⁰. Blumer se tornou o propagandista contra a grande teoria parsoniana e ao empirismo abstrato, enquanto Hughes e Anselm Strauss treinaram grupos de estudantes de pós-graduação em trabalho de campo. Wirth morreu em 1952, e no mesmo ano Blumer saiu de Chicago para criar o departamento de sociologia da Universidade de Berkeley, deixando Hughes, agora diretor, enfrentando um departamento cada vez mais dividido, em Chicago. Antes de partir para Brandeis em 1961, no entanto, ele havia promovido a formação de um excepcional grupo de estudantes de pós-graduação, a Segunda Escola de Chicago, que incluía nomes hoje ilustres como Erving Goffman, Joseph Gusfield, Howard Becker, Fred Davis, Eliot Freidson e Donald Roy (FINE, 1995).

As etnografias clássicas do período imediato do pós-guerra, deslocaram-se do estudo do local para o estudo das instituições, especificamente para os espaços fechados de prisões, asilos, hospitais e fábricas. Suas análises focalizaram o impulso criativo no comportamento humano que já era central para Thomas e Znaniecki²¹. Os Chicagoanos²² expuseram o mundo subterrâneo das instituições (prisões, asilos, hospitais, hospícios), como os detentos de tais instituições criavam nelas um mundo informal próprio, e como se mantinham com estruturas organizacionais formais e tentativas administrativas para controlar o seu comportamento. Os estudos de Chicago revelaram que, ironicamente, as instituições criaram os problemas que deveriam resolver: os internos aprendiam a se comportar

²⁰ Essa narrativa é extraída de Abbott e Gaziano (1995), relato detalhado das lutas entre facções e disputas dentro do departamento. Segundo esses autores, o departamento estava em liquidação efetiva, entre os anos de 1950 e 1957.

²¹ Em seus vários escritos, Hans Joas defendeu a dimensão criativa da ação social como sendo característica definidora da Escola de Chicago, remontando isso a John Dewey e G.H. Mead. Ver Joas (1985 e 1996, cap. 3).

²² Nota do tradutor: Membros da Escola de Antropologia de Chicago.

como loucos, os trabalhadores aprendiam a restringir a produção. Essas etnografias institucionais apresentavam um mundo visto de baixo para cima, do ponto de vista do trabalhador, do preso, do paciente. Houve poucas tentativas, no entanto, de estudar as pressões externas que levavam os gestores a impor formas específicas de controle, como elas podiam mudar com o tempo, ou como os detentos podiam atrair recursos externos para desafiar os poderes institucionais. Eles estudaram um mundo próximo e delimitado, um mundo afastado da história e fora de seu contexto americano.

Afastar a etnografia de seu contexto histórico tinha a vantagem de que suas afirmações podiam ser generalizadas para diversos contextos. A descontextualização tornou a teoria de Chicago proeminentemente portátil e, nesse sentido, global. Assim, os notáveis *insights* de Goffman – agora comuns – sobre como os asilos produzem - em vez de corrigir - doenças mentais, inspiraram e justificaram a desinstitucionalização em todo o mundo (GOFFMAN, 1961). Em um argumento paralelo, Howard Becker foi pioneiro em novas abordagens sobre “desvios” ou o que Thomas e Znaniecki chamavam de “desorganização”. Tomando o ponto de vista do oprimido, Becker argumentou que não havia nada intrinsecamente desviado no fumante de maconha ou no músico de dança (BECKER, 1963). Ele mostrou que ao rotular como *outsiders* àqueles considerados sem reputação, a própria sociedade exacerbava o seu “desvio”. Esse era, evidentemente, um antigo ponto durkheimiano, mas também demonstrava uma máxima frequentemente citada de Thomas, de que se uma situação social é definida como real, então também é real nas suas consequências. Para Becker, como para a etnografia institucional em geral, era suficiente tomar o partido dos fracos e mostrar que eles estavam sendo rotulados como desviantes e punidos de acordo com isso. Mas ele não explorou o contexto mais amplo da rotulagem: quem rotula quem e porquê ou como os “desviantes” contestam sua rotulagem.

Em uma famosa disputa de perspectivas, Alvin Gouldner lançou uma ofensiva sobre o que ele definiu como a "complacência moral" de

Becker, sua fascinação romântica com o “outro exótico”, e expôs a teoria da “rotulagem” a um ataque devastador (GOULDNER, [1967], 1973). Becker era crítico com as instituições de cuidadores pela forma como tratavam os delinquentes, os viciados em drogas ou os alcoólatras, mas ao mesmo tempo alimentava a maquinaria opressora do Estado de bem-estar social. Ao documentar a vida de grupos marginalizados, ele estava fornecendo material para sua regulamentação. Não admira que o Estado de bem-estar social tenha sido feliz em financiar essa pesquisa. Becker, constata Gouldner, estava, portanto, do seu próprio lado também, perseguindo seus próprios interesses como um sociólogo e pouco disposto a adotar uma crítica radical do mundo que o patrocinava. Em vez de apresentar os grupos marginalizados como problemas sociais a serem resolvidos, Gouldner os apresentava como um desafio ao sistema que os regulava. Ele se concentrou em examinar o envolvimento dos sociólogos com o mundo que analisam, na relação simbiótica de participante e observador, desviante e sociólogo, instituição e etnógrafo, localizando-os em seu contexto histórico e político mais amplo (GOULDNER, 1970). Ao fazê-lo, Gouldner sublinhou a importância do poder e da reflexividade, tão efetivamente obscurecidos pelo foco da Escola de Chicago no controle social. Sua crítica da etnografia institucional lançou as bases para visões mais radicais da etnografia, que seriam críticas do Estado de bem-estar social. Hoje sua crítica soa anacrônica, uma vez que o bem-estar social recuou e o global invadiu o terreno nacional. Escrevendo nos anos 60, ele não imaginava que o sociólogo-etnógrafo, estudando ocupações urbanas, estivesse envolvido em um mundo além do Estado-nação. Ele não podia imaginar uma etnografia global. Para isso, precisamos nos voltar para os antropólogos.

A EXTROVERSÃO DA ESCOLA DE MANCHESTER

Quando a Escola de Chicago do pós-guerra se transformou, recuando da etnografia local para a etnografia institucional ainda mais confinada, o local de trabalho, a prisão, a ala do hospital, a sala de aula, etc., tornaram-se, de algum modo, a aldeia isolada do antropólogo. Na mesma época, a própria antropologia estava despertando para os desafios da descolonização. Não é surpreendente, portanto, que fosse da periferia que surgissem novas visões, contrastantes com as imposições metropolitanas. Na África Austral, a rápida expansão da indústria baseada na mão de obra africana barata reuniu brancos e negros sob a bandeira do comunismo. Aqui os antropólogos coloniais não podiam ignorar os contextos mais amplos de seu trabalho de campo, tendo em vista que os conceitos de raça e de classe desconstruíram a mitologia do museu “nativo”.

The Polish Peasant in Europe and America é uma obra fundante da Escola de Chicago, enquanto que *The Economics of Detribalization in Northern Rhodesia* de Godfrey Wilson, também publicado em duas partes em 1941 e 1942, é o precursor da Escola de Antropologia Social de Manchester²³. Tal obra é resultado de estudos feitos a partir de sociedades, camponesas ou tribais de pequena escala, em um estado de equilíbrio natural que é perturbado desde fora. Enquanto Thomas e Znaniecki partem na direção de *conexões e imaginação globais* – o fluxo transatlântico de pessoas, cartas, dinheiro e ideias – Wilson explora *forças globais* que estão destruindo a sociedade tribal. Wilson acredita que o desequilíbrio da economia mundial, no momento da grande depressão, em que não era possível acumulação de capital nem consumo, levou à busca por matérias-primas e por novos mercados. A crise global tem sua manifestação local em Broken Hill, onde o capital internacional começou a explorar as minas de zinco em 1906. Broken

²³ A Escola de Manchester era composta por antropólogos sociais brancos que vieram estudar com ou sob comando do temível Max Gluckmann, diretor do Departamento de Antropologia da Universidade de Manchester, de 1949 a 1975. Gluckmann tinha sido diretor do Rhodes-Livingstone Institute, na Rodésia do Norte, que se tornaria a Zâmbia em 1964. Mesmo depois de Gluckmann se mudar para Manchester, muito do trabalho de campo de seus estudantes continuou a ser conduzido no sul da África Central, embora sua reputação internacional atraísse estudiosos de todo o mundo para Manchester.

Hill, como o centro industrial maior da Rodésia do Norte – hoje da Zâmbia – conhecido como Copperbelt, tornou-se dividida racialmente e em classes, comportando comunidades de comerciantes indianos, brancos qualificados e mão de obra africana barata. A economia tribal afundou-se quando seus jovens foram levados para as minas, onde recebiam menos do que o necessário para a manutenção da família, alojados em quartos individuais, e esperavam retornar “para casa” quando não estivessem mais aptos para o trabalho. Enquanto Thomas e Znaniecki se concentravam nas forças contrárias da desorganização social e das associações cívicas transnacionais na comunidade polonesa-americana de Chicago, Wilson discute as cruas relações de classe de Broken Hill, a adoção na África do consumo ocidental em roupas, bebidas e alimentos, junto com a ruptura dos laços familiares e a proliferação do divórcio e da prostituição. A incorporação rápida a uma economia mundial multiplicou, aliás, as tensões que reverberavam nos cantos mais distantes dessa colônia britânica. Isso estava muito longe da antropologia convencional da aldeia.

Na época em que Wilson estava escrevendo *Economics of Detribalization in Northern Rhodesia*, Max Gluckman ([1940] 1958) estava escrevendo seu paradigmático *Analysis of a Social Situation in Modern Zululand*. Se a obra de Wilson “partiu do confinamento antropológico para um contexto global”, a contribuição de Gluckman foi mais metodológica. Sua monografia começa com um relato de uma cerimônia de abertura da ponte em 1938 em Zululand, descrevendo as relações entre diferentes personalidades da sociedade sul-africana – o chefe africano, Rei Zulu, o chefe nativo, o magistrado local, os missionários, a polícia zulu e o antropólogo solitário. Gluckman viu na interdependência da “cerimônia”, mas também nos conflitos; no equilíbrio, mas também na instabilidade, tensões endêmicas nos mundos cotidianos da sociedade Zulu, atravessando uma África do Sul multirracial rapidamente industrializada. Nunca houve uma tribo isolada aqui! Os zulus eram uma orgulhosa nação que havia lutado bravamente e muitas vezes com sucesso contra seus conquistadores

africanos e britânicos. O capitalismo mundial e a história colonial foram o envoltório e a trama da sociedade Zulu.

O “método de caso estendido”, modelo arquetípico de Gluckman, lançou as bases da Escola de Antropologia Social de Manchester. Ele próprio se mudou, para a Rodésia do Norte, em 1939, para suceder Godfrey Wilson como diretor do Instituto Rodésia Livingstone, que havia sido fundado para estudar o impacto da “civilização europeia” na “sociedade africana nativa”. Embora não seja revolucionário, por qualquer exercício de imaginação, as simpatias comunistas de Gluckman fizeram dele objeto de suspeita aos olhos dos administradores do Instituto, e assim sua nomeação foi excluída (BROWN, 1979). Uma vez no cargo, no entanto, ele traçou planos que orientariam seus próprios esforços e os de seus colaboradores para os próximos trinta anos. Durante todo o período, ele manteve fortes laços com a Rodésia do Norte, mesmo depois de sair de lá em 1947, para primeiro assumir, uma cadeira por um período de dois anos em Oxford, acabando por se tornar professor de antropologia social na Universidade de Manchester. Em Manchester, ele reuniu em torno de si um notável grupo de estudantes e associados, muitos dos quais fizeram seu trabalho de campo na África Central, elaborando, revisando e disseminando a “doutrina” de Manchester. Esse grupo, era composto por futuras figuras ilustres, como Victor Turner, Clyde Mitchell, William Watson, A.L. Epstein, Bruce Kapferer, Moshe Shokeid, Elizabeth Colson, Ronald Frankenberg, Jaap van Velsen e Freddie Bailey.

Os antropólogos de Manchester fizeram quatro inovações. Primeiramente, seus relatos sobre a vida na aldeia chamaram atenção sobre o *processo social*. Ao contrário de seus professores de Oxbridge, Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard, que viam o trabalho de campo como estruturas simétricas e estáticas para serem tipologizadas, Max Gluckman e seus alunos se concentravam no processo social, nos conflitos e cismas endêmicos das sociedades africanas. Eles mostraram como a ambiguidade das normas de parentesco ou das regras de sucessão levavam a contínuas disputas, rebeliões e até guerras civis

que, por sua vez, paradoxalmente tendiam a reforçar, em vez de enfraquecer, a ordem política. O conflito era onipresente, mas também era funcional (GLUCKMAN, 1954; 1955; 1963).

Assim, mudanças teóricas alteraram as *técnicas de trabalho de campo*. Esta foi a segunda inovação. O estudo do processo social exigia cuidadosa atenção das práticas, assim como também das normas, dos comportamentos reais e das regras que fundamentavam suas pesquisas. Os africanos não eram bitolados morais que simplesmente cumpriam normas; como todos os outros, eles disputavam a interpretação das normas que os manipulavam nos seus próprios interesses. Os mancunianos²⁴, portanto, seguiram casos - facções de parentesco, lutas de sucessão, disputas de propriedade - períodos extremamente longos e de um cenário para o outro (GLUCKMAN, 1954; 1955; 1963)²⁵. Foi em situações sociais - “eventos”, “dramas” e “crise” - em que as normas discrepantes se tornaram visíveis, mas igualmente em tais demonstrações públicas de contenção que a unidade foi paradoxalmente preservada (TUNNER, 1957; GLUCKMAN, 1961)²⁶.

Práticas discrepantes e desvios das normas marcavam contradições internas da sociedade africana, mas também podiam ser rastreadas até as *forças externas*. Essa atenção ao contexto mais amplo foi a terceira característica distintiva da Escola de Manchester. Assim, as estratégias de parentesco e as lutas faccionais têm maior fluidez quando os aldeões podem apelar para os funcionários coloniais (como os magistrados), bem como aos tradicionais (como os chefes). No campo econômico, a agricultura foi afetada pela migração de homens para os vários centros de mineração da África do Sul e de África Central. Os antropólogos de Manchester não estavam interessados em recuperar qualquer passado imaculado e fictício de uma tribo autocontida, mas em vez disso, estudaram o impacto da integração da tribo numa

²⁴ Nota do tradutor: membros da Escola de Antropologia de Manchester.

²⁵ Ver, por exemplo, Jaap van Velsen (1967), que de muitas maneiras antecipou a análise de Pierre Bourdieu (1977) sobre a sociedade baseada no parentesco, na Argélia.

²⁶ Ver, por exemplo, Victor Turner (1957). Max Gluckman distingue o uso de casos como “ilustração apropriada” de serem objeto de estudo em si mesmos, quando se tornam a corporificação do processo social. Ver Gluckman (1961).

sociedade mais ampla, onde pouco importava se o poder do chefe da aldeia era apoiado ou subvertido pela administração colonial (GLUCKMAN, 1963, cap. 5) mesmo se a migração de trabalho forçou ou minou as economias locais (WATSON, 1958, VAN VELSEN, 1967). Não houve previsão de que a urbanização ou industrialização prejudicaria as áreas rurais. Isso poderia facilmente levar à "retribalização".

Isso nos leva à quarta inovação da Escola de Manchester. Essas forças externas não foram deixadas de lado pelas competências dos sociólogos, economistas e historiadores. Em vez disso, os antropólogos de Manchester viajaram para a cidade com seus cadernos e se estabeleceram entre a população urbana do Copperbelt. Lá eles começaram a estudar as forças que estavam tendo um impacto tão dramático nas áreas rurais. Ulf Hannerz (1980, p. 119) escreveu: "Além do trabalho da antiga Escola de Chicago, é pouco provável encontrar um trabalho tão complexo, como os estudos de etnografia urbana da África Central, realizado ao longo de vários anos.". Os referenciais teóricos das duas escolas, no entanto, não poderiam ser mais diferentes. Onde Park desenhava analogias da ecologia vegetal, Gluckman (1961) foi influenciado pelo marxismo. Onde a Escola de Chicago se concentrava na adaptação étnica e na funcionalidade das áreas naturais, a Escola de Manchester começou a partir das *relações de classe do capitalismo colonial*.

Os antropólogos de Manchester não estudaram o urbanismo do ponto de vista do colapso dos laços sociais, mas do colapso dos costumes tribais. Seu ponto de comparação não era a vida tribal na aldeia, mas a Revolução Industrial na Inglaterra (HANNERZ, 1980). Aqui, novamente, diferiam de Thomas e Znaniecki, cujo ponto de referência era o grupo primário da aldeia polonesa prístina. Quão apropriado é que a Escola de Manchester recorra às classes trabalhadoras inglesas no estudo da África! O mantra de Manchester era: *um cidadão é primeiro um cidadão e só secundariamente um homem da tribo*. A dança tribal, argumentou Clyde Mitchell (1998), como era realizada nos complexos de minas, era tribal na sua forma, mas urbana

no conteúdo. A música, as roupas, os valores eram inquestionavelmente parte de uma civilização urbana, embora Mitchell fosse duramente criticado por afirmar que os africanos estavam recorrendo aos estilos de vida ocidentais para se diferenciarem dos mais tradicionais. Na etnografia urbana clássica de Arnold L. Epstein (1958), as minas no complexo onde viviam os trabalhadores, marcavam suas necessidades, a sensação de confinamento e de marginalização eram permanentes. Quando os mineiros se levantaram contra o gerenciamento da mina em 1952, eles se separaram de seus “anciões tribais” - um sistema de representação patrocinada pela administração - e vitalizaram seu próprio sindicato. Antes de Edward P. Thompson (1963) realizar sua revolução no estudo das classes trabalhadoras, Epstein estava estudando a autoformação de uma classe trabalhadora na África. Certamente, havia limitações nessa análise de classe, que não previa o desaparecimento do colonialismo, mas, por sua vez, representava uma ruptura radical com a antropologia.

No entanto, o marxismo de Manchester era apenas um dos lados da Escola de Manchester e nem sempre o mais proeminente. Ela alcançou sua expressão mais vívida quando usada contra outros antropólogos, como no caso dos ataques impiedosos de Gluckman (1963) a Malinowski, por estudar a mudança social na África do Sul como contato cultural e por ignorar a peculiar história de conquista colonial e de capitalismo racial. No entanto, outro lado da Escola de Manchester estava muito mais próximo da Escola de Chicago em sua busca por generalidades transhistóricas. Os mancurianos queriam demonstrar que a sociedade africana não era menos dinâmica, nem mais “primitiva” do que a sociedade industrial ocidental. Eles só tinham desdém por aqueles que constituiriam a sociedade africana como fundamentalmente “diferente”, “outro” ou “inferior”. As contradições internas, a lacuna entre norma e prática, os conflitos endêmicos, a paz na contenda, as funções da rebelião, não eram menos verdadeiros do que o Exército Britânico, do que o departamento da universidade, que a oficina da fábrica, que o Lozi e o Zulu. De fato, quando retornaram a

Manchester, os alunos de Gluckman deveriam mostrar a relevância de suas descobertas africanas para o contexto britânico.

Victor Turner (1969), por exemplo, estava interessado nos rituais, então ele estudou a Igreja Católica Romana. Em trabalhos posteriores, mostrou como a independência da estrutura e da antiestrutura (*communitas*), ou as fases necessárias dos dramas sociais, eram de aplicabilidade universal. Conceitos originários de seu primeiro estudo sobre os Ndembos foram aplicados à contracultura nos Estados Unidos; peregrinações muçulmanas, cristãs e hindus; e à revolta de Hidalgo contra o domínio espanhol (TURNER, 1957). A motivação para o universal era semelhante à busca da Escola de Chicago de leis gerais. As quatro fases do drama social de Turner (transgressão, crise, reparação e reintegração) são notavelmente semelhantes ao ciclo de interação do grupo de Park (competição, conflito, acomodação e assimilação). Turner (1974) explora explicitamente Znaniecki por sua ideia de comunidade como a fonte da criatividade humana. Ao estenderem tão amplamente seus modelos teóricos, ao combater as ideologias coloniais de superioridade racial com universalismo humano, os mancurianos ignoraram paradoxalmente as reais consequências do colonialismo, da dominação e da maneira como os africanos podem se organizar para desafiar essa dominação.

A face liberal da Escola de Manchester não recebeu críticas menos implacáveis que as que Gluckman havia dispensado a Malinowski. Foram os jovens antropólogos sociais sul-africanos, como Bernard Magubane, que fez duras e corajosas críticas ao universalismo de Manchester, acusando os mancurianos brancos de contrabandear sua especificidade cultural e de subestimar a dominação colonial e, portanto, a potencialidade do anticolonialismo (MAGUBANE, 1968; 1971). Demasiado frequentemente, alegou Magubane, a Escola de Manchester tomou a ordem colonial como dada e eterna. Magubane estava opondo Manchester contra Manchester, apropriando-se e estendendo o marxismo de Manchester e lançando-o contra o outro rosto de Manchester, sua face liberal. Muitas das críticas

de Magubane (1971) são agora comuns, mas na época em que ele as fez, nos últimos anos do colonialismo, estava sozinho no questionamento da autoimagem radical da antropologia de Manchester.

Ao mesmo tempo em que Alvin Gouldner denunciava furiosamente a Escola de Chicago, por ocultar os interesses dos etnógrafos pelos problemas sociais que estudavam, revelando como os problemas e os que os estudavam estavam ligados ao Estado de bem-estar social; Magubane, de maneira semelhante e em um tom similar, criticou os antropólogos brancos por não admitirem seu próprio papel na defesa da ordem colonial. Gluckman não conseguia entender essas acusações. Não teria ele sofrido nas mãos de colonos e administradores coloniais por ter simpatias comunistas? Eles não tinham impedido sua posição na diretoria? Ele não era em prol dos nativos? Do ponto de vista do africano, seus protestos eram exagerados. Magubane estava certo em diagnosticar uma complacência liberal na Escola de Manchester, a mesma complacência que Gouldner achava tão perturbadora na Escola de Chicago – a complacência da “objetividade” acadêmica que ocultava a implicação dos etnógrafos no mundo que estudam. Mas os mundos em que os sociólogos de Chicago e os antropólogos de Manchester estavam implicados eram diferentes. Gouldner denunciou o envolvimento dos sociólogos com as agências reguladoras do bem-estar social, enquanto Magubane acusava os antropólogos de apoiarem a dominação imperial. Como veremos, essa distinção se mostra importante na maneira como sociólogos e antropólogos concebem a ordem mundial.

Tomando seu próprio trabalho de campo no Copperbelt como ponto de partida, James Ferguson (1999) adicionou recentemente uma flecha respeitosa à aljava de Magubane. Ele desenterra as premissas teóricas da complacência de Manchester, a saber, sua fé no progresso e na convergência. Mesmo desdenhando a antropologia tradicional por fundir o africano com o outro, a antropologia de Manchester subscreveu outras mitologias da modernização – a suposição de que os africanos se tornariam moradores urbanos como habitantes urbanos em outros lugares –, como a de que a revolução industrial africana seguiria os

passos de seus precursores ocidentais. Eles viram que os africanos podiam alternar entre os papéis de “homens da tribo” e “cidadãos da cidade”, que não havia uma evolução simples do *indivíduo*, do primeiro para o último, mas eles não podiam ver a mesma indeterminação no processo histórico. Eles não podiam ver que a história também poderia mudar de direção, que não possuía mais teleologia do que a circulação entre a cidade e o campo.

O *post mortem*²⁷ de Ferguson na Escola de Manchester acontece vinte e cinco anos depois que a Rodésia do Norte se tornou independente. Nos anos cinquenta, os antropólogos de Manchester não previram o fim do colonialismo, muito menos a desilusão do pós-colonialismo. Eles não anteciparam o precipitado declínio da economia zambiana, as ramificações da queda do preço do cobre. Eles não podiam imaginar o desemprego em massa, as consequências devastadoras do ajuste estrutural, o retorno à aldeia ou o trauma da AIDS. Olhando para trás agora, podemos ver que eles precisavam ter expandido o método do caso estendido para o nível da economia mundial. Eles precisavam ter levado seu marxismo mais a sério. Eles precisavam ter retornado ao precursor, ao trabalho pioneiro de Godfrey Wilson sobre etnografia global.

Depois que Max Gluckman morreu, em 1975, a Escola de Manchester continuou apenas no nome. Seus praticantes mais capazes se espalharam e assumiram seus próprios destinos. A herança da escola de Manchester passou, pelo menos em parte, para um primo distante, outro antropólogo social, Pierre Bourdieu²⁸. Os paralelos são notáveis, se não reconhecidos – o foco no processo social, a divergência de normas e práticas, a manipulação de regras, o funcionalismo e o conceito de campo. Até mesmo o conceito de *habitus* de Bourdieu pode ser encontrado no trabalho de Victor Turner. Há duas diferenças reveladoras, no entanto. Em primeiro lugar, a análise da reprodução de

²⁷ Nota do tradutor: Termo em latim que designa o estado após a morte.

²⁸ Os paralelos são mais claros no livro de Bourdieu, (1977) (ver pp. 22-30 para referências a Gluckman e Van Velsen) e a versão atualizada, (BOURDIEU, 1990).

Bourdieu concentra-se na dominação e não nas funções do conflito, na paz e não na disputa e no ritual da rebelião. Em segundo, seu foco na reflexividade exige que reconheçamos que somos parte do mundo que estudamos, que somos responsáveis perante os “nativos”, que agora respondem. Já não podemos fingir qualquer demarcação clara entre nós e eles. As ordens políticas e econômicas que sustentaram tais divisões caíram. Nesse aspecto, Bourdieu é tão resolutamente “pós-colonial” quanto a Escola de Manchester era “colonial”. O que isso pode significar e não pode significar para o desenvolvimento do método do caso estendido é a questão que me preocupa em seguida.

EM BERKELEY COM O MÉTODO DE CASO ESTENDIDO

Cheguei à Universidade de Chicago em setembro de 1972 como discípulo da Escola de Manchester. Eu estava na Zâmbia desde 1968, como um refugiado da Inglaterra. Desde a independência da Zâmbia em 1964, a antropologia social deixou de ser organizada a partir de Manchester, mas foi transferida para o *Institute of Social Research*, o renomeado Instituto Rhodes-Livingstone na nova Universidade da Zâmbia. Foi lá, em 1970, que comecei meus estudos de pós-graduação em sociologia e antropologia – naqueles dias e naquele lugar, ninguém se incomodou em distinguir entre os dois – aos pés de duas mentes vigorosas. Eram Jack Simons, o antropólogo social comunista sul-africano, e Jaap van Velsen, uma formidável figura da segunda geração da Escola de Manchester. Conviver com estas duas figuras formidáveis foi-me de utilidade no momento de lidar com o enquadramento do Departamento de Sociologia de Chicago.

Quando cheguei ao departamento de Ciências Sociais de Chicago, já havia trabalhado no método do caso estendido. Durante quatro anos estudei a “zambianização” das minas de cobre – como os “sucessores” na Zâmbia foram privados dos recursos e da autoridade de seus predecessores e como estes, por sua vez, foram promovidos a posições recém-criadas para “supervisionar” a zambianização (BURAWOY, 1972). Tornou-se um estudo da reprodução da barreira de cores, o princípio de

que nenhum negro deveria ter um subordinado branco. Dado que o primeiro objetivo do governo pós-colonial da Zâmbia era eliminar a injustiça racial; como foi, me perguntei, que a barreira de cores persistiu? Estendi-me da dinâmica racial do local de trabalho ao interesse econômico e político dos trabalhadores zambianos, do capital multinacional e das novas elites governantes. Mostrei como a configuração das forças de *classe*, herdadas do colonialismo, mantinha a ordem racial no lugar. Continuei meu estudo das “novas classes” zambianas, de sucessores, quando me tornei um estudante de mestrado na então recém-fundada Universidade da Zâmbia. Lá passei dois anos participando e observando alunos no campus. Mais uma vez, adotei o método de Manchester, examinando uma dramática conflagração entre a Universidade e o governo para traçar as linhas políticas dentro da ordem pós-colonial (BURAWOY, 1976). Em cada estudo de caso, deliberadamente, resisti à tentação neocolonial de culpar tudo nas forças que estavam por trás da Zâmbia, no domínio contínuo dos interesses imperiais ocidentais. Na minha opinião, esta foi uma ideologia muito facilmente empregada pelas novas elites zambianas para esconder sua própria exploração e dominação das classes subalternas.

Eu deixei a Zâmbia e fui para Chicago esperando encontrar discussões prósperas sobre desenvolvimento da etnografia urbana. O *Comitê de Novas Nações* de Chicago, um centro de pesquisa sobre países recém-independentes da África e da Ásia, já estava extinto. Achei a sociologia de Chicago decididamente paroquial e, ainda mais triste, sua tradição etnográfica moribunda. O pouco que havia parecia tão fechado do mundo como sempre. *Blue Collar Community*, de William Kornblum (1974), estava prestes a ser publicado. Paralelamente ao estudo de Epstein sobre Copperbelt, esse estudo considerou a relação entre trabalho e comunidade no lado sul de Chicago, mas ignorou a história e o contexto. O livro de Kornblum (1974) não alcançou para além do local de trabalho, o iminente colapso da indústria siderúrgica. Kornblum trabalhou internamente o grupo primário como base de

associações secundárias, e não da economia e do estado. Da mesma forma, *The Social Order of the Slum*, de Gerald Suttles (1968) - o outro clássico do período - analisou o isolamento de uma comunidade periférica com barreiras geográficas, que só era acessível pelos trilhos da ferrovia e sofria o incômodo da permanente construção da autoestrada nas suas portas. Enquanto o destino da área de Addams, uma das favelas mais antigas de Chicago, era determinado além de seus perímetros, Suttles se concentrava no isolamento moral e na segmentação ordenada dentro de suas fronteiras artificiais. Suttles e Kornblum trouxeram a etnografia de Chicago para o desfecho final, combinando o foco da *etnografia institucional*, na ordem negociada, com a preocupação da *etnografia local* com a comunidade urbana. Apesar de inovadoras, essas monografias estavam fora de sintonia com os tempos, ignorando os legados do Movimento dos Direitos Civis, do Movimento Anti Guerra e do *Great Society Programme*.

Para minha própria pesquisa, eu estava interessado em me tornar um operário de fábrica em Chicago. Usando um vínculo por parentesco, consegui arranjar um emprego como operador de máquina na fábrica de uma grande multinacional no sul de Chicago. Por um golpe de sorte, era a mesma planta que o famoso etnógrafo de Chicago, Donald Roy (1952a; 1952b; 1953; 1954), estudara trinta anos antes. Meus primeiros instintos me levavam a empreender uma crítica à etnografia institucional - o fracasso de Roy em enxergar além dos muros da fábrica, seu fracasso em reconhecer a especificidade histórica da indústria de engrenagens e seu lugar dentro do capitalismo americano²⁹. Quando contemplei a enorme dissertação de Roy, uma rica

²⁹ Fui influenciado a esse respeito pelo estudo paralelo de Tom Lupton (1963), em Manchester. Lupton era também um trabalhador experiente, e desenvolveu uma visão semelhante à de Roy, de que a quantidade de esforço entregue pelos trabalhadores era bastante racional e que, se isso não correspondia com as expectativas gerenciais, era porque a administração tinha o sistema de incentivo errado ou porque estavam ausentes as condições materiais necessárias ou porque o trabalho era mal organizado. Lupton, no entanto, comparou duas firmas diferentes em que trabalhou - uma fábrica de transformadores e uma fábrica de roupas - com o objetivo de explicar as diferenças de comportamento produtivo por parte dos trabalhadores. As diferenças entre as lojas permitiram que ele "estendesse" seu estudo para incluir fatores explicativos como mercados de trabalho, mercados de produtos, e competição entre locais de trabalho, os quais nunca foram sequer contemplados pela Escola de Chicago.

compilação de descrição e análise, meu respeito por ele como trabalhador e etnógrafo cresceu. Percebi que seria mais interessante usar seu estudo, o tendo como uma referência histórica, para comparar com o meu. Eu complementaria assim a etnografia com a etnohistória. Nesse esforço, fui influenciado não só pelos estudos florescentes da transformação do trabalho, mas pela estranha semelhança entre as experiências de Roy e as minhas. Embora o trabalho no chão de fábrica não tenha mudado muito, houve mudanças na regulamentação do trabalho. Em trinta anos, o controle gerencial tornou-se mais dependente do consentimento do que da coerção. Houve uma mudança de um regime de produção mais despótico para um regime mais hegemônico de produção (BURAWOY, 1979). Ao tentar explicar isso, estendi minha atenção inicial da oficina da fábrica, primeiro para a absorção da Geer Company por uma grande multinacional e, segundo, para as mudanças mais amplas nas relações industriais do período pós-guerra.

Essas análises me lançaram em um programa de pesquisa de vinte anos na política de produção. Eu me perguntava se o regime hegemônico que observei em Chicago era peculiar a América, distinto de outros países capitalistas avançados, e daí como os regimes de produção poderiam diferir do capitalismo antigo, dos países do terceiro mundo e do socialismo de estado e com quais consequências para a formação das classes sociais. Na maioria das vezes usei etnografias e histórias sociais disponíveis para explorar essas variações (BURAWOY, 1985). Meu interesse pelas condições de trabalho no socialismo foi escolhido por outra coincidência, a minha descoberta da descrição feita por Miklós Haraszti (1977) de suas próprias provações e desafios como operador de máquina na Hungria, no início dos anos 1970. Meu desejo de conhecer uma fábrica socialista se intensificou quando a classe trabalhadora polonesa se rebelou contra seus governantes em 1981. Com a ajuda de Ivan Szelenyi, János Lukács e muitos outros, entre 1983 e 1989, fiz o meu caminho em várias fábricas na Hungria – nos setores de champanhe, têxteis, oficina mecânica - e, finalmente,

trabalhei um longo período como fornalha na Fábrica de Lenin (BURAWOY & LUKÁCS, 1992). Enquanto eu procurava no chão de fábrica pelas sementes do socialismo democrático, o edifício do socialismo estatal estava se desintegrando a partir de cima. Como eu não estava interessado na transição para o capitalismo, pulei de navio para a União Soviética, assim que pude. Mas o desastre – chame de revolução, se você quiser – me seguiu em todos os lugares. Desde 1991, venho observando e participando da reprimivização, o que chamo de involução, da economia russa. Seguindo colegas de trabalho do início dos anos 90, voltei minha atenção para as estratégias de sobrevivência das mulheres e para a economia doméstica. Eu finalmente abandonei a indústria porque a indústria está desaparecendo.

Eu traço minha própria biografia aqui não só para indicar minha relação com as escolas de Manchester e Chicago, não apenas para oferecer exemplos do método de caso estendido, mas também para sublinhar o fato de que enquanto eu era um etnógrafo viajante, enquanto eu nunca me esquivei de desenhar as mais amplas conclusões dos menores detalhes, enquanto eu me movia de continente para continente, meus horizontes eram sempre limitados pelo estado-nação. Quando expliquei as diferenças entre minhas experiências em duas oficinas mecânicas, uma em Chicago e outra na Hungria, baseei-me na relação entre Estado e economia ou nas lógicas econômicas de economias de escassez. Quando contrastei o sucesso das reformas econômicas chinesas com o abismal fracasso das reformas russas de mercado, concentrei-me em fatores nacionais, no papel do Estado. Minha visão sociológica sempre parou nas fronteiras nacionais. Eu nunca me tornei um etnógrafo global; viajante global, sim – etnógrafo global, não.

Como estender o método do caso estendido para o globo? Essa é a tarefa que Teresa Gowan e Seán Ó Riain nos deram no prefácio (BURAWOY, 2000). Mas primeiro é necessário oferecer um pequeno esboço de minha compreensão do próprio método de caso estendido. Foi somente quando cheguei a Berkeley, em 1976, e tive que ensinar

observação participante, que comecei a refletir sobre minha própria pesquisa e a contemplar o que a etnografia macro historicamente fundamentada, teoricamente orientada, poderia significar. Em comparação com Chicago, a sociologia de Berkeley era muito mais hospitaleira ao tipo de etnografia que eu fazia. Por um lado, havia uma longa história de investigação comparativa e histórica, remontando a Frederick Teggart através de Reinhard Bendix, Philip Selznick, Seymour Martin Lipset, Neil Smelser, Franz Schurmann e Robert Bellah – uma tradição que continua a prosperar até os dias de hoje. Por outro lado, houve um profundo compromisso com a etnografia iniciada pelo transplante de Herbert Blumer da Escola de Chicago para Berkeley, trazendo a bordo David Matza, Erving Goffman, Bob Blauner, Arlie Hochschild e Troy Duster. Hoje, a tradição etnográfica é mais forte do que nunca com Barrie Thorne, Loïc Wacquant, Martin Sánchez Jankowski, Raka Ray e Laura Enriquez. Meu objetivo era casar essas duas tradições: a histórica comparativa e a etnográfica. Fora do departamento havia o trabalho inspirador de antropólogos como Aihwa Ong, Nancy Scheper-Hughes e Paul Rabinow, e dos geógrafos Dick Walker, Michael Watts, Allan Pred e Gillian Hart. O método do caso estendido era o ar que eles respiravam³⁰. A geografia e a antropologia podiam usar as últimas modas etnográficas livremente, sem ter que serem regidas pelo peso do cânone sociológico. Em Berkeley, então, recebi todo o encorajamento de que necessitava para situar a etnografia em seu contexto histórico e geográfico!

Quando se tratava de ensinar a observação participante, aprendi rapidamente que a melhor maneira era lançar os alunos para o mar e deixá-los nadar sozinhos. Você aprende etnografia através da prática e, talvez, com alguma base teórica. Existem diretrizes, mas poucas regras. Mais ou menos vale tudo. Foi nesses seminários, com reuniões de duas vezes por semana, que nos engajamos coletivamente nos projetos uns dos outros. Foi aí que aprendemos o conhecimento da observação

³⁰ Não esquecer que o Departamento de Antropologia de Berkeley tinha uma ligação direta com a Escola de Manchester, uma das raras mulheres de Manchester, Elizabeth Colson.

participante e as estratégias de "se estender". No final de um seminário especialmente colaborativo durante o outono de 1988, propus transformar os estudos em um livro. Os alunos, principalmente em seus segundos e terceiros anos, pareciam prontos para o desafio. Com vários graus de entusiasmo, eles conduziram mais pesquisas e revisaram incessantemente seus artigos. O processo se mostrou muito mais árduo e demorado do que qualquer um de nós esperava, mas no final nosso trabalho deu frutos e *Ethnography Unbound* (BURAWOY et al., 1991) apareceu. Emergiram estudos etnográficos sobre movimentos sociais em torno da AIDS, do movimento pela paz, de locais de trabalho em instituições de assistência social, de cooperativas, de imigrantes oriundos do Camboja e da América Central, e, finalmente, um valente indivíduo nos estudou.

As etnografias visavam desmistificar os estereótipos convencionais de observação participante como a-teórica, a-histórica e micro. Cada estudo buscou reconstruir, revisar ou simplesmente elaborar teorias preexistentes para acomodar suas descobertas empíricas à determinação de contextos mais amplos. Os estudos mostraram como os mercados de trabalho moldam a organização do trabalho, como o Estado define os espaços para a mobilização coletiva, como as agências de bem-estar social limitam a eficácia da reforma, como a economia da rede local poderia fomentar empresas cooperativas e assim por diante.

Os autores da *Ethnography Unbound* mergulharam na metrópole local para chegar a um quadro composto. Nisso eles eram parecidos com os predecessores de Chicago, mas o retrato que eles pintaram tinha um tom, estilo e perspectiva muito diferentes. Em vez de "controle social" – o tema da Escola de Chicago – eles se concentraram na dinâmica de dominação e resistência; em vez da capacidade de um grupo de "autorregulação", eles estudaram a "hegemonia" de um grupo em detrimento de outro. Para usar a linguagem de Habermas, os berkeleyistas enfatizaram a maneira como esse "sistema" externo colonizou o mundo da vida e como esse mundo da vida, por sua vez,

negociou os termos da dominação, criou alternativas ou levou a um protesto coletivo. Os estudiosos de Chicago, por outro lado, concentraram-se na autonomia do mundo da vida como se não houvesse mundo além – as comunidades urbanas naturais de Hoboland e Gold Coast, pacientes no hospital ou trabalhadores na oficina da fábrica. Enquanto os estudiosos de Chicago celebravam a autorregulação e se isolaram do mundo exterior, o *habitus* sociológico dos berkeleyitas, com um pequeno empurrão meu, levou-os para além de seus locais, isto é, até as estruturas restritivas.

Os praticantes da Escola de Chicago ocuparam, por um lado, um espaço não marxista e pré-feminista no qual o acúmulo de conhecimento era visto como emancipatório. Os estudantes pós-marxistas e feministas de Berkeley do final dos anos oitenta, por outro lado, consideravam o conhecimento com suspeita. Foucault havia se infiltrado em sua imaginação, de modo que, do ponto de vista deles, o conhecimento estava simplesmente implicado na dominação. Mas isso não impediu sua sociologia prática. Em vez disso, isso os tornou avessos não apenas às grandes narrativas e à grande teoria, mas também à propensão de Chicago em relação ao empirismo, no qual a abstração seguia de perto nas pegadas das observações. Os estudantes de Berkeley seguiram o caminho do meio, procurando por teorias que pudessem dar conta de suas descobertas inesperadas ou anômalas, e então elaborando essas teorias. Fora de um interesse geral pelos fenômenos de dominação e de resistência, em como as pessoas participavam da recriação ou contestação das condições de sua opressão, houve pouca unidade teórica na *Etnography Unbound*. O que nos uniu foi o método, em particular o método do caso estendido.

Nós não somos os únicos a usar o método de caso estendido. Muitos etnógrafos abordam seu trabalho com sensibilidade ao processo, incorporando sistematicamente o contexto histórico e geográfico com vistas a reconstruir a teoria existente. Assim, as etnografias comunitárias nem sempre pararam nos trilhos, por assim dizer, mas incorporaram os contextos mais amplos do racismo e do mercado de

trabalho (LIEBOW, 1967; BOUGOIS, 1995), bem como os regimes políticos urbanos (WHYTE, 1943; SUSSER, 1982; HANEY, 1996). As etnografias do local de trabalho, tradicionalmente relacionadas à "sociologia das plantas industriais", também levaram em conta fatores externos como raça e etnia, cidadania, mercados e política local (LAMPHERE, 1993; THOMAS, 1985; SMITH, 1990; BLUM, 1991; LEE, 1998). Estudos de observação participante localizaram movimentos sociais em seu contexto político e econômico (FANTASIA, 1988; JOHNSTON, 1994; RAY, 1999). As etnografias da escola sempre procuraram explicar como a educação é moldada por padrões mais amplos de desigualdade social, sobre os quais exerce, ao mesmo tempo, sua influência (WILLIS; 1977; MACLEOD, 1987; POWERS (s/d). Os etnógrafos da família, por sua vez, descobriram que é impossível ignorar as influências fora do lar (STACEY, 1990; DEVAULT, 1991; HONDAGNEU-SOTELO, 1994). Vale a pena notar que muitas dessas etnografias são de caráter feminista, o que não é um acidente, pois, seguindo Dorothy Smith (1987), elas se preocupam em questionar as explicações essencialistas sobre a dominação de gênero, identificando forças externas que confinaram as mulheres em posições subordinadas (SMITH, 1987)³¹.

Meu objetivo aqui é determinar o que todos esses estudos possuem em comum, elaborando as dimensões do método do caso estendido com uma sensibilidade para as questões do poder e da reflexividade³². A primeira dimensão é aquela comum à observação de todos os participantes, *a inclusão do observador no mundo do participante*. Em vez de trazer o "sujeito" para o laboratório ou para o

³¹ O livro "Sociology for Women", de Dorothy Smith, começa por questionar tanto a sociologia abstrata, descontextualizada e universalista quanto a ideologia dos homens governantes; voltando-se para a experiência concreta vivida pelas mulheres, como ponto de partida. As microestruturas da vida cotidiana, que as mulheres dirigem, tornam-se a base e a premissa invisível das estruturas macro controladas pelos homens. Quando se inclui ordem à pesquisa participativa, isso se parece com o método de caso estendido, exceto que dessa forma se afirma não ter premissas teóricas. Olhando para os estudos empíricos de Smith, por outro lado, achos saturados com o marxismo. Ver Smith (1987).

³² Compare "The Extended Case Method and Situational Analysis" de Jaap van Velsen (1967), como uma das formulações mais avançadas do método de Manchester, com uma versão mais recente, publicada por seu aluno trinta anos depois, "The Extended Case Method" de Burawoy (1998).

mundo do entrevistador, o observador troca a segurança da universidade pela vida incerta do participante. Isso é algo compartilhado pelas três abordagens – Chicago, Manchester e Berkeley. Há uma enorme literatura sobre observação participante, encoberta e aberta, com diferentes níveis de imersão, com *status* de *insider* e de *outsider* e o papel dos informantes na pesquisa, mas o que torna essa relação mais problemática é a relação de *dominação*, que distorce a reciprocidade da troca.

A segunda dimensão refere às *extensões de observações ao longo do tempo e espaço*. Os etnógrafos não enfiam o dedo na água apenas para retirá-lo um segundo depois. Eles passam longos períodos seguindo seus sujeitos, vivendo suas vidas, aprendendo seus caminhos e desejos, acreditando que as situações são importantes para determinar tanto as ações quanto as crenças. O problema do etnógrafo é entender a sucessão de situações como um processo social. Os primeiros estudiosos de Chicago propagaram a ideia, sem encarar suas consequências, enquanto os posteriores o levaram mais a sério, mas foram os mancunianos que foram pioneiros em novas formas de coleta de dados que eram centrados em eventos ou casos. Tal redução das observações situacionais ao processo social envolve ressaltar a contribuição de alguns agentes em detrimento da contribuição de outros. Envolve necessariamente a segunda face do poder – o *silenciamento*.

A terceira dimensão refere à *inclusão de micro processos para macro forças*, dos ritmos espaço-temporais do local ao contexto geográfico e histórico do campo. Isto foi, como eu disse acima, uma inovação da Escola de Manchester, notavelmente ausente na Escola de Chicago. Uma maneira de pensar na ligação macro-micro, é ver o micro como uma expressão do macro, descobrindo a reificação dentro da fábrica, a mercantilização dentro da família, a burocratização dentro de uma escola. Assim, algum princípio reconhecido que governa a sociedade é encontrado em todas as suas partes. Para nós, o elo macro-micro não se refere a uma totalidade tão "expressiva", mas a uma

totalidade "estruturada", na qual a parte é moldada por sua relação com o todo, sendo o todo representado por "forças externas". Essa determinação é muitas vezes acessível explicando a divergência de dois "casos" semelhantes. Por exemplo, na minha pesquisa, expliquei a diferença na organização do trabalho entre minha fábrica e a de Donald Roy (1954), com referência ao contexto corporativo diferente e ao contexto de relações industriais em mudança. Expliquei a diferença entre minhas experiências em Chicago e as de Haraszti em Budapeste, referindo-me às diferentes ordens políticas e econômicas do capitalismo avançado e do socialismo de Estado. O perigo aqui é o da terceira face do poder – a *objetivação*. Isto é, ao constituir o extra-local em termos de forças externas, acaba se dando uma falsa sensação de durabilidade. Afinal, as forças são apenas o resultado historicamente contingente de processos ocultos ao etnógrafo. A objetificação pode ser uma fonte poderosa de mistificação, uma vez que muitas vezes acreditamos que estamos presos a forças além de nosso controle. Quaisquer que sejam os riscos da objetivação, a descoberta da determinação extra-local é um momento essencial do método de caso estendido. Essa descoberta é impossível, no entanto, sem uma teoria prévia que identifique os fatores externos que provavelmente seriam importantes.

A quarta dimensão, portanto, é a *extensão da teoria*. Em vez de ser "induzida" pelos dados, isto é, a descoberta "do novo" desde o chão; a teoria existente é estendida para resolver as lacunas ou as anomalias observadas. Tentamos constituir o campo como um desafio para alguma teoria que queremos melhorar. O que torna o campo "interessante" é a quebra de alguma expectativa, isso não é outra coisa senão uma teoria esperando para ser explicada. Vimos como a Escola de Chicago foi resistente à adoção de estruturas teóricas prévias (até mesmo suas próprias!) para refiná-las, elaborá-las, revisá-las ou reconstruí-las. Os mancurianos também suspeitavam de começar com a teoria, embora, implicitamente, quase sempre o fizessem. Como cientistas sociais, somos convencionalmente ensinados a nos livrar de nossos preconceitos, suspender nossos julgamentos para que possamos

ver o campo como ele é realmente. Não podemos ver o campo, no entanto, sem uma lente, e só podemos melhorar a lente experimentando-a no mundo. Há um elemento de poder aqui também, a quarta face do poder – a *normalização*. Corremos o risco de pôr o mundo que estudamos numa camisa de força, disciplinando-o de modo a estar de acordo com o quadro pelo qual o observamos. Devemos expor nossas teorias à crítica contínua daqueles que presumem compreendê-las, devemos procurar por anomalias que desafiem nossas teorias, se quisermos evitar os tipos de efeitos de poder que Edward Said (1979), por exemplo, discerne em “Orientalismo”. Grande parte deste livro visa expor as limitações das interpretações fatalistas e naturalistas da “globalização”.

Em suma, são os quatro momentos do método do caso estendido: estendendo-se do observador ao participante, estendendo as observações ao longo do tempo e do lugar, estendendo-se do processo às forças externas e estendendo a teoria. O fato de cada dimensão ser limitada por uma face de poder correspondente não é uma acusação do método, mas do mundo. As deficiências do nosso método apenas sublinham a onipresença da dominação, do silenciamento, da objetivação e da normalização. O método de caso estendido procura destacar essas limitações não por ignorá-las, mas centralizando-as – entrando em um diálogo com aqueles que estudamos, encorajando vozes diferentes para desafiar nossos relatos emergentes do processo, reconhecendo que não pode haver determinação unidirecional entre processos e forças, e desenvolvendo a teoria através de um processo de diálogo com outros teóricos, bem como com o mundo que encontramos como etnógrafos. Estamos comprometidos em uma ciência reflexiva na qual as limitações do método tornem-se a crítica da sociedade.

FORÇAS, CONEXÕES E IMAGINÁRIAS

Podemos nos engajar e problematizar cada uma das quatro dimensões do método de caso estendido, mas qualquer estudo inevitavelmente enfocará um ou duas delas à custa das outras duas.

Ethnography Unbound é focada na quarta dimensão, a elaboração e reconstrução da teoria. Os autores usaram seus estudos para melhorar as teorias existentes em uma das cinco áreas substantivas – movimentos sociais, trabalho, imigração, escolaridade e prática da sociologia. No entanto, eles não tentaram entender a especificidade da Bay Area como uma metrópole moderna – como economia pós-industrial, centro de políticas inovadoras ou aglomeração multicultural. A Bay Area era simplesmente o recipiente para nossas etnografias. O extralocal nunca foi problematizado ou definido como algo que compartilhássemos. Foi específico para cada estudo de caso – economia regional, mercados de trabalho, estado, sistema educacional e assim por diante.

Neste livro (BURAWOY, 2000), desde o início, estávamos preocupados em definir um contexto comum que todos compartilhássemos, quer nossos locais estivessem na Bay Area, Pittsburgh, América Central, Irlanda, Hungria, Índia ou Brasil. Esse contexto comum era o “globo”. Não era simplesmente um contêiner para nossas pesquisas, nem um fundo diversificado, dado como garantido. Tornou-se, ao contrário, um objeto de teorização por si só. *Ethnography Unbound* abriu deliberadamente o contexto global, assim nós reagrupamos nossos estudos não dentro de uma aldeia ou nação, mas dentro do globo. Fizemos isso para contribuir, individual e coletivamente, para uma compreensão da globalização. É daí que partimos daqueles antropólogos contemporâneos que abrem seus estudos para o mundo, sem que o mundo seja objeto de investigação.

Com efeito, problematizamos a terceira dimensão do método do caso estendido, a extensão do micro para o macro, do local para o extralocal, dos processos para as forças. Não é simplesmente levarmos “forças” externas a um nível global, mas problematizarmos o próprio conceito de forças. O perigo aqui é, como já sugeri, a *objetificação* – que as forças globais apareçam como inevitáveis e naturais. Adotamos três estratégias para combater a objetificação. A primeira é considerar as forças globais como constituídas a distância. O foco da etnografia,

então, está no modo como a dominação global é resistida, evitada e negociada. A segunda estratégia é ver as forças globais como sendo elas mesmas o produto de processos sociais contingentes. Aqui as forças se tornam o tópico da investigação; elas são examinadas como o produto de fluxos de pessoas, coisas e ideias, isto é, de conexões globais entre locais. A terceira estratégia, a mais radical, vê as forças globais e as conexões globais como constituídas imaginativamente, inspirando os movimentos sociais para que assumam o controle tanto de seus mundos imediatos quanto dos mais distantes, desafiando a mitologia de um mundo inexorável.

Nós começamos com *forças globais*. Nós recorremos a todos os tipos de construções secundárias para criar uma imagem da economia, da política e da cultura “global” como compostas de forças constituídas além de nossos locais. A força global se faz sentir através de mediadores que a transmitem por ser de seu interesse ou como a internalização de valores ou crenças. A localidade em turno pode revidar, adaptar-se ou simplesmente ser destruída. Lynne Haney recorre à etnografia, para analisar toda a estrutura socioeconômica a partir dos homens de negócios, dos mensageiros da eficiência e da disciplina social, que são enviados por agências internacionais reguladoras para os países. As agências internacionais recorriam aos sociólogos húngaros e aos administradores dos Estados de bem-estar social, que adotassem um discurso neoliberal e, por sua vez, pregavam a reformulação das instituições de assistência social, para colocar esses princípios em prática e defender os seus interesses no presente.

Assim como as “*Welfare mothers*” da Hungria, os recicladores das ruas de São Francisco, nos Estados Unidos, mobilizam sua nostalgia por uma época em que foram incluídos – no caso deles □ na sociedade americana. Teresa Gowan os retrata como reencenando o passado, obstinadamente apegados ao seu trabalho e à sua independência como recicladores, mesmo quando são rejeitados como sendo nada melhor do que o lixo que recolhem. Eles moram perto dos estaleiros decadentes de

São Francisco, lembrando aos trabalhadores que, num futuro próximo, eles poderiam estar também nessa situação.

O caldeireiro de vinte e cinco anos de experiência, Joe Blum, experimentou o longo processo de degradação não tanto do trabalho em si, mas do trabalhador artesanal e da maneira como ele é tratado. Como sociólogo, Blum olha além das mudanças no regime de produção imediato para a transformação da indústria global de construção naval e reparação de navios e para a desmilitarização. Ele e seus colegas de profissão mostram grande engenhosidade em encontrar novas maneiras de trabalhar, nas sombras da globalização, em um esforço para evitar a degradação final da falta de moradia. Em cada um dos nossos três casos - Lynne Haney com sua etnografia sobre os empresários; Teresa Gowan, que retrata o caso das “*Welfare mothers*” e dos recicladores de rua; e, por fim, Joe Blum e sua observação direta e participativa sobre as mudanças no regime de produção industrial – as forças globais influenciam externamente os sujeitos estudados. Essas forças não são apresentadas como abstratas e inertes, mas como concretas e dinâmicas, evocando padrões fluidos de resistência e de acomodação.

A segunda abordagem nos leva ao interior da barriga da baleia para ver como as forças globais são constituídas por conexões globais. Embora todos nós estejamos engajados em uma perspectiva de etnografia multifacetada, e nenhum de nós seja fascinado por um único lugar e tempo, é apenas no estudo das *conexões globais* que a multilocalização se torna objeto de teorização. Estudar conexões entre locais, no entanto, provou ser muito mais problemático do que havíamos antecipado, principalmente porque, de qualquer local, as conexões se espalham em múltiplas direções, de modo que as relações entre dois locais são geralmente muito estreitas. Sheba George, por exemplo, estuda enfermeiras cristãs que migram do estado de Kerala, na Índia, para a Central City, nos EUA. Elas vêm de toda a região de Kerala e não apenas de uma única comunidade, por isso sua etnografia tende a ser mais extensa e mais circunscrita em Kerala, em comparação com seu trabalho de campo mais focado na paróquia de St. George, na

Central City. Sheba George concentrou sua atenção na mobilidade ascendente das enfermeiras à medida que elas migravam, descobrindo que isso não é, de modo algum, uma história norte-americana de sucesso impecável. Mesmo nos Estados Unidos, as enfermeiras são empurradas de volta aos padrões indianos de gênero e estigma de classe. Ela descreve uma acomodação finamente equilibrada entre o marido decadente economicamente e a esposa que ganha o pão, e como isso leva “maridos de enfermeiras” a reivindicarem de certo *status* na congregação religiosa. A comunidade de imigrantes não é vítima das forças globais, mas reencena ativamente suas conexões globais com Kerala, viajando entre o país de origem e o país de acolhimento, para casamentos, para cuidar dos parentes, para participar de funerais e nascimentos de novos familiares, bem como por meio de um permanente fluxo de remessas monetárias.

Seán Ó Riain se concentra na elite irlandesa de seus estudos – engenheiros de *software* que têm o mundo em suas cabeças, atravessando o Atlântico através de redes corporativas. O local de trabalho global, no entanto, está firmemente incorporado em redes locais, bem como em redes globais. O espaço e o tempo, em vez de serem desmembrados, são intensificados pelo local de trabalho global, pois a equipe de trabalho está subordinada ao todo-poderoso prazo, proveniente da sede americana. À medida que traçam suas carreiras, eles participam e reproduzem conexões globais. Como Sheba George e Seán Ó Riain, Millie Thayer tem críticas a ambos os lados, assim ela vai concentrar o seu trabalho em Recife. Ela nos oferece o quadro mais otimista de conexões globais – feministas brasileiras se apropriam de teorias acadêmicas para engendrar movimentos sociais populares. A desvantagem aqui é que os discursos e as lições aprendidas no Brasil, não são aplicadas aos movimentos sociais nos Estados Unidos.

Trabalhadores de estaleiros desempregados, recicladores de rua e beneficiários de bem-estar social, avaliados constantemente sobre sua capacidade ou não de preencher os requisitos para participarem dos programas, experimentam as *forças globais* como degradação e

individualização, poderes que os dominam e aos quais devem se submeter. A resistência pode existir, mas é eficaz apenas na criação de pequenas arenas de autonomia nas margens, autonomia suficiente para impedir a rebelião. Quando analisamos essas forças anônimas e exploramos os processos dos quais elas são compostas – correntes, fluxos, redes, em suma *conexões globais* – descobrimos uma imagem mais aberta e menos determinada. A partir desta segunda perspectiva, a nova ordem mundial oferece novas oportunidades, novos horizontes, a expansão das fronteiras geográficas, e uma fuga dos enclaves opressivos que confinaram enfermeiras migrantes em Kerala, engenheiros de *software* de Dublin e feministas de Recife.

A terceira perspectiva desmistifica a globalização como algo dado, natural e eterno – uma ideologia por trás da qual corporações, governos, partidos, sindicatos, e assim por diante, justificam sua própria ação interessada, impulsionada por pressões globais. Estudamos como diferentes imagens da globalização são produzidas e disseminadas e como elas podem galvanizar os movimentos sociais³³.

Zsuzsa Gille mostra como as lutas pela distribuição de recursos e riscos em um pequeno condado do sul da Hungria pós-socialista absorvem atores globais – o capital multinacional e os ambientalistas – para um redemoinho de política local desconectado do Estado central. Uma guerra ideológica é travada em torno dos benefícios da incineração e dos perigos do lixo. Steve Lopez documenta a maneira como os sindicatos em Pittsburgh recusam a lógica da globalização e reverterem as tentativas de privatizar as casas de repouso, recorrendo a contraideologias domésticas. O imaginário global implantado pelas novas elites de Pittsburgh se depara com um imaginário local

³³ Seguimos a perspectiva analítica de Allan Pred e Michael Watts (1992), que estudam as formas culturais de protesto, ou o que chamam de "descontentamento simbólico", que acompanham a acumulação de capital em situações geográficas e históricas específicas - do milenarismo islâmico desencadeado pela integração da Nigéria à economia mundial do petróleo; à renegociação de identidades de gênero entre os camponeses da Gâmbia, instigados pela disseminação da agricultura sob contrato; passando pela resistência linguística dos ofícios de construção da Califórnia; e pelas estratégias antissindicais do capital coreano. Eles mostram como os movimentos não são apenas gerados no terreno das ideologias concorrentes, mas que eles compõem, por sua vez, visões alternativas e convincentes de si mesmos.

igualmente poderoso. O estudo de Maren Klawiter sobre o ativismo em torno do câncer de mama vai um passo mais adiante. Ela mostra como o complexo industrial médico, através da mudança de práticas médicas, estabelece as bases sobre as quais emergem os movimentos sociais locais, cujas imaginações são então projetadas em um plano global. Zsuzsa Gille explora as ideologias em guerra da globalização; Steve Lopez analisa uma batalha local contra a ideologia neoliberal da globalização; e Maren Klawiter mostra como as ideologias que surgem de novos movimentos sociais podem se elevar ao nível global, onde entram em choque com outras imaginações globais.

Aqui, então, estão as três estratégias da etnografia global, estratégias que correspondem às experiências reais da globalização. As conexões transnacionais são a experiência mais diretamente global. Claro, como tais, elas não são novas. As elites sempre estiveram conectadas atravessando fronteiras nacionais e a migração internacional de trabalhadores é certamente tão antiga quanto o capitalismo. Novos meios de transporte e comunicação, no entanto, tornaram as conexões transnacionais mais universais, estendendo-as, em particular, a classes profissionais como engenheiros de software, organizações feministas e enfermeiras. Ainda assim, nem todos estão conectados em todo o mundo. Muitos experimentam a globalização como uma força remota que aparece além do controle humano. Especialmente, aqueles expulsos de uma era anterior à globalização, que não conseguem encontrar um nicho na nova ordem – “*Welfare mothers*”, trabalhadores de estaleiros e os sem-teto – podem ser dominados pelos efeitos da globalização. Eles experimentam a globalização como perda. Esses “rejeitados” da velha ordem podem resistir ou negociar, mas não têm os meios para contestar a globalização. Isso é prerrogativa daqueles que conseguiram acumular recursos com os quais puderam construir seus desafios. Os trabalhadores de serviços podem explorar sua indispensabilidade para a nova cidade global. Os aldeões húngaros transformaram suas terras abandonadas, com seus depósitos tóxicos, em armas de barganha

contra o capital transnacional. As mulheres se apropriaram do controle sobre seus seios, a parte mais colonizada do corpo, colocando a indústria do câncer, pelo menos temporariamente, na defensiva. Esses grupos desafiaram a globalização, unindo os seus recursos ao global ou, conscientemente, contrariando a imaginação global. As imaginações globais reconfiguram o que é possível, transformando a globalização de um estágio inexorável em um recurso que abre novas perspectivas.

ALÉM DA NAÇÃO

Recentes reconstruções, da história da sociologia e da antropologia, chamaram a atenção para as preocupações “pré-clássicas”, com a difusão cultural e a diferença social em escala global. No início deste século, a Antropologia estreitou seu foco global para desenvolver uma profissionalização que foi marcada por um trabalho de campo dedicado e extenso, habitando em vez de viajar, envolvendo a comunidade tanto no espaço quanto no tempo. Quando as lutas anticoloniais explodiram em torno de suas tendas, quando os pilares imperiais da etnografia entraram em colapso, os antropólogos redescobriram o contexto global de seus estudos. Essas aberturas foram iniciadas na década de 1950 por, entre outros, os mancurianos, cujas visões mais amplas refletiam as condições peculiares do Sul da África – o industrialismo avançado, o colonialismo dos povoadores brancos e o florescimento das lutas de classes racializadas.

A antropologia está agora retornando aos seus antepassados do século XIX, quando romancistas europeus, missionários, administradores coloniais e diversos viajantes pintavam a vida de “povos exóticos e distantes”. Com certeza, hoje, há várias tentativas de ouvir múltiplas vozes e perspectivas, e de negar qualquer reivindicação de superioridade e reconhecer a localização dos antropólogos em relação aos seus sujeitos. Apesar de todas as diferenciações, as antigas e novas explorações globais têm algo de profundo em comum: o desvio do Estado-nação. Se os primeiros antropólogos refletiram um período anterior à ascensão do Estado-Nação moderno (HOBSBAWM, 1990),

seus homólogos contemporâneos surgiram diretamente da aldeia para o mundo, como se a nação já tivesse morrido. Arjun Appadurai descreve essa tendência quando fala sobre o modo como a mídia eletrônica e a migração transnacional liberaram a modernidade do Estado-Nação (APPADURAI, 1996). A modernidade, como ele diz, redimensiona-se agora em grande escala, estabelecendo e perturbando localidades em toda parte, criando esferas públicas diaspóricas, dissolvendo o passado no presente, provocando uma nostalgia sem memória, estimulando e liberando a imaginação na vida cotidiana. As paisagens culturais - etnopaisagem, tecnopaisagens, financiopaisagens, finanças, midiapaisagens, ideiopaisagens - são as lentes fabricadas de um mundo imaginário fragmentado no qual o Estado-nação é separado, enfraquecido e dissolvido.

Appadurai (1996) influenciou nosso próprio estudo das conexões e imaginações globais, mas sendo sociólogos temos um legado diferente para enfrentar. Como Robert Connell (1997) insistiu, a sociologia também estabeleceu no século passado ambições imperturbáveis, preocupadas com o mapeamento de hierarquias de diferenças - gênero, raça e etnia - em escala global. Mas sua primeira grande etnografia, *The Polish Peasant in Europe and America*, foi notável ao deixar de lado os primeiros discursos sobre "progresso" e superioridade. Thomas e Znaniecki assumiram o ponto de vista dos colonizados em processar a renovação nacionalista polonesa contra as potências de ocupação. Como vimos, a Escola de Chicago encolheu essa etnografia global na etnografia local e, a partir daí, desapareceu nos interiores das organizações. Com a diminuição da escala, com a virada para a microssociologia, a etnografia tornou-se cada vez mais marginal - onde antes fora central - para a sociologia, cujo objeto se tornara a sociedade civil e sua conexão com o Estado.

A sociologia clássica, que agora é chamada retrospectivamente de cânone, nasceu entre 1890 e 1920 como parte de um empreendimento de construção da nação. Sua premissa oculta não era apenas a justificação do imperialismo, a divisão global e a dominação do "outro

primitivo”, mas o outro lado disso – a dominação da metrópole, ainda que com o consentimento de suas classes subordinadas. A sociologia participou do projeto de “hegemonia nacional” de Gramsci – a expansão dos aparatos ideológicos do Estado e sua penetração na recém-constituída sociedade civil. A sociologia clássica nasceu em conjunto com as ferrovias, a polícia, a escola universal, o Estado de bem-estar social, o jornal popular, o sindicato e o partido político de massa. Sua mensagem era solidariedade, legitimidade e burocracia. Até hoje, suas principais subdisciplinas - família, organizações, sociologia política, crime e desvio, saúde e medicina, estratificação e assim por diante – enfocam as tendências estabilizadoras e desestabilizadoras da sociedade civil. A análise do sistema mundial não é um desafio para a sociologia, mas a apoteose da sociologia como a conhecemos, porque supõe que a hegemonia nacional não é problemática, que há uma ordem mundial constituída de relações entre nações. De fato, em vez de desafiar a sociologia, a análise do sistema mundial, pelo menos em sua primeira encarnação, é ela própria desafiada pela globalização, por processos supranacionais, transnacionais e pós-nacionais.³⁴

Os antropólogos podem simplesmente evacuar suas aldeias e comunidades e entrar diretamente na arena global, felizmente imperturbados pela tenacidade do Estado-nação. Sua disciplina nunca levou o Estado-Nação moderno a sério e eles não estão prestes a fazê-lo agora. Os sociólogos, por outro lado, ainda são assombrados pelo Estado-Nação como a razão de sua disciplina. É por isso que quando falamos de forças globais, queremos dizer forças *supranacionais*, forças que operam acima do estado-nação. A lógica do mercado mundial e de suas instituições constituintes, como as Nações Unidas, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, considera a existência de Estados-Nação como sua premissa. O que é novidade é o fato de que os estados agora são puxados não apenas de baixo, mas também de cima.

³⁴ A análise mais sofisticada dos sistemas mundiais procura entender como a localização na economia mundial estabelece limites para as possibilidades da hegemonia nacional. Para um estudo exemplar desse gênero, ver Schwartzman (1989).

Assim, os efeitos reverberam para baixo. À medida que a sociedade civil perde sua influência sobre o estado, ela se desenvolve, gerando o que chamamos de conexões *transnacionais* - fluxos de pessoas, informações e ideias e o alongamento de organizações, identidades e famílias. Os densos laços que uma vez conectaram as sociedades civis ao Estado estão sendo destacados e redirecionados através das fronteiras nacionais para formar uma esfera pública global mais ampla. No entanto, essas conexões e fluxos não são autônomos, não são padrões arbitrários atravessando o céu, mas são moldados pelo forte campo magnético dos estados-nações. Tributação, bem-estar social, mercados de trabalho, centros regionais de aglomeração econômica, recursos naturais, educação, regimes políticos e ideologias – tudo marca as redes nacionais para o transnacional.

Assim como a conexão global é transnacional, as imaginações globais são *pós-nacionais*, na medida em que reagem contra a nação, revigoram o local, exigem autonomia regional ou clamam por identidades universais. Como nossos estudos mostram, ideias abstratas como justiça ambiental, direitos humanos e discursos feministas têm seus efeitos apenas quando são incorporados em movimentos em solos nacionais. Mesmo que seja verdade, como Appadurai afirma, que as imaginações globais se emanciparam do Estado-nação e que o cultural está rapidamente se desconectando do estado-nação, isso não deve impedir de ver a contínua influência do último no reino das forças e conexões.

Se somos mais cautelosos sobre o desaparecimento do Estado-nação do que os antropólogos, não estamos dizendo que nada mudou. De fato, o projeto deste livro é especificar o que é novo no global, o que distingue o pós-moderno global do imperialismo global mais familiar do qual está emergindo. Como sociólogos, levamos Stuart Hall muito a sério quando ele questiona o que poderia significar constituir a hegemonia não em nível nacional, que é o antigo projeto sociológico, mas em nível global: esse é o novo projeto sociológico (HALL, 1991a; 1991b; 1996). Voltamos a essas questões na conclusão (ver BURAWOY,

2000), depois que a etnografia coloque a carne nos ossos de nossos esquemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Andrew e GAZIANO, Emanuel. Transition and tradition: Department and faculty in the era of the second Chicago school. In: FINE, Gary Alan. **A second Chicago School?** pp. 221-272. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. London: Verso, 1983.

ANDERSON, Nels. **The Hobo: The Sociology of the Homeless Man**. 1923. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BASCH, Linda, SCHILLER, Nina Glick, & BLANC Cristina Szanton, (eds.) **Nations Unbound: transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation- States**. Luxembourg: Gordon and Breach Publishers, 1994.

BECKER, Howard. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. New York: Free Press, 1963.

BLUM, Linda. **Between Feminism and Labor: The Significance of the Comparable Worth Movement**. Berkeley: University of California Press, 1991.

BLUMER, Hebert. **An Appraisal of Thomas and Znaniecki's The Polish Peasant Europe and America**. New York: Social Science Research Council, 1939.

BOUGOIS, Philippe. **In Search of Respect**. New York: Cambridge University Press, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. 1972. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. **The Logical Practice**. 1980. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1990.

BROWN, Richard. Passages in the Life of a White Anthropologist: Max Gluck Northern Rhodesia. In: **Journal of African History** n. 20, pp. 525-41, 1979.

BULMER, Martin. **The Chicago School of Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

BURAWOY, Michael & LUKÁCS, János, **The Radiant Past**. Chicago: University Of Chicago Press, 1992.

BURAWOY, Michael et. al. **Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis**. Berkeley: University of California Press, 1991.

BURAWOY, Michael et. al. **Global ethnography: Forces, connections, and imaginations in a postmodern world**. Berkeley: University of California Press, 2000.

BURAWOY, Michel. **The Color of Class on the Copper Mines: From African Advancement to Zambianization**. Manchester, England: Manchester University Press for Institute for social Research, University Of Zambia, 1972.

_____. Consciousness and Contradiction: A Study of Student Protest in Zambia. In: **British Journal of Sociology** n. 27, pp 78-98, 1976.

_____. **Manufacturing Consent**. Chicago: University Of Chicago Press, 1979.

_____. **The Politics of Production: Factory Regimes under Capitalism and Socialism**. London: Verso Books, 1985.

_____. The Extended Case Method. In: **Sociological Theory** n. 18, pp. 4-33, 1998.

CASTELLS, Manuel. **End of Millennium**. Vol. 3. The Information Age. Cambridge, Mass., and Oxford, England: Blackwell, 1997.

_____. **The Informational City**. Oxford, England: Basil Blackwell, 1989.

_____. **The Power of Identity**. Vol. 2. The Information Age. Cambridge, Mass., and Oxford England: Blackwell, 1997.

_____. **The Rise of the Network Society**. Vol. 1. The Information Age. Cambridge, Mass., and Oxford England: Blackwell, 1996.

CLIFFORD, James. Traveling Cultures. In: GROSSBERG, Lawrence, NELSON, Cary & TREICHLER, Paula A. (eds.) **Cultural Studies** pp. 6-112. New York: Routledge, 1992.

_____. Spatial Practices: Fieldwork, Travel, and the Disciplining of Anthropology. In: GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. **Anthropological Locations**. pp. 185-222. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.

COHEN, Lizabeth. **Making a New Deal: Industrial Workers in Chicago, 1919 – 1939**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

COMAROFF, Jean, and COMAROFF, John. **Of Revelation and Revolution: Christianity, Colonialism, and Consciousness in South Africa**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____. **Ethnography and the Historical Imagination**. Boulder, Colo.: Westview Press, 1992.

CONNELL, Robert. Why Is Classical Theory Classical? In: **American Journal of Sociology** V. 102. pp, 1511-57, 1997.

CRESSEY, Paul. **The Taxi-Dance Hall**. Chicago: University of Chicago Press, 1932.

DEVAULT, Marjorie. **Feeding the Family: The Social Organizations Of Caring as Gendered Work**. Chicago: University Of Chicago Press, 1991.

DURKHEIM, Emile. **The Division of Labour in Society**. 1893. Translated by W. D. Halls. New York: Free Press, 1984.

FANTASIA, Rick. **Cultures of Solidarity**. Berkeley: University of California Press, 1988.

FERGUSON, James. **Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt**, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1999.

FINE, Gary Alan. **A Second Chicago School?** Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1990.

_____. **Modernity and Self- Identity**. Cambridge, Mass., and Oxford, England: Polity Press, 1991.

GLASER, Barney, and Anselm Strauss. **The Discovery of Grounded Theory**. Chicago: Aldine, 1967.

GLUCKMAN, MAX. **Rituals of Rebellion in South-East Africa**. Manchester, England: Manchester University Press, 1954

_____. **Custom and Conflict in Africa**. Oxford; Blackwell, 1955.

_____. **Order and Rebellion in Tribal Africa**. London: Cohen & West, 1963

_____. Ethnographic Data in British Social Anthropology. In: **Sociological Review** 9, pp 5-17, 1954.

_____. Anthropological Problems Arising from the African Industrial Revolution. In: SOUTHALL, Aidan (ed.) **Social Change in Modern Africa**. pp. 67-82. London: Oxford University Press, 1961.

GOFFMAN, Erving. **Asylums**. Chicago: Aldine, 1961.

GOULDNER, Alvin. **The Coming Crisis of Western Sociology**. New York: Avon, 1970.

_____. **Sociologist as Partisan: Sociology and the Welfare State**. 1997. In for Sociology, pp. 27-68. New York: Basic Books, 1973.

HALL, Stuart. The Local and the Global: Globalization and Ethnicity. In: KING, Anthony. (ed.) **Culture, Globalization and the World-System**, pp. 19-40. Binghamton: Department of Art History, State University Of New York at Binghamton, 1991.

_____. Old and New Identities, Old and New Ethnicities. In: KING, Anthony. (ed.) **Culture, Globalization and the World-System**, pp. 42-68. Binghamton: Department of Art History, State University Of New York at Binghamton, 1991.

_____. When Was the Post-Colonial? Thinking at the Limit. In: CHAMBERS, Iain & CURTI, Lidia. (eds.) **The Post-colonial Question**. pp. 246-60. London and New York: Routledge, 1996.

HANEY, Lynne. Homoboys, Babies, Men in Suits: The State and the Reproduction of Male Domination. In: **American Sociological Review**. v. 61, pp. 759-78, 1996.

HANNERZ, Ulf. **Exploring the City**. New York: Columbia University Press, 1980.

HARASZTI, Miklos **A Worker in a Worker's State**. Harmondsworth, England: Penguin Books, 1977.

HARVEY. David. **The condition of Postmodernity: Na Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Oxford, England: Blackwell, 1989.

HILLER, Ernest. **The Strike: A Study in Collective Action**. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

HOBSBAWM, Eric. **Nations and Nationalism since 1780**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. **Gendered Transitions: Mexican Experiences of Immigration**. Berkeley: University Of California, Press, 1994.

JAMESON, Fredric. Cognitive Mapping. In: GROSSBERG, Lawrence & NELSON, Cary (eds.) **Marxism and the Interpretation of Culture**. pp. 347-60. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

_____. **The Cultural Turn**. London and New York: Verso, 1998.

_____. **Postmodernism or, The Cultural Logic of Late Capitalism**. Durham, N. C.: Duke University Press, 1991.

JANOWITZ, Morris. Introduction. In: _____. (ed.) **W. I. Thomas on Social Organization and Social Personality**. pp. VII-IVIII. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

JOAS, Hans. **Pragmatism and Social Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

JOHN, Mary E. **Discrepant Dislocations: Feminism, Theory, and Postcolonial Histories**, Berkeley: University of California Press, 1996.

JOHNSTON, Paul. **Success While Others Fail: Social Movement Unionism in the Public Work Place**. Ithaca, N.Y: ILR Press, 1994.

KANTER, Rosabeth Moss. **World Class: Thriving Locally in the Global Economy**. New York: Simon & Schuster, 1995.

KEARNEY, Michael. The Local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism. In: **Annual Review of Anthropology**. n. 24, pp. 547-65, 1995.

KORNBLUM, William. **Blue Collar Community**. Chicago: University of Chicago Press, 1974.

LAMPHERE, Louise et al., **Sunbelt Working Mothers**. Reconciling Family and Factory. Ithaca, N. Y: Cornell University Press, 1993.

LEE, Ching Kwan. **Gender and the South China Miracle**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1998.

LIEBOW, Elliot. **Tally's Corner: A study of Negro Street corner Men**. Boston: Little Brown, 1967.

LUPTON, Tom. **On the Shop Floor: Two Studies of Workshop Organization and Output**. London: Pergamon Press, 1963.

MACLEOD, Jay. **Ain't no Making It: Leveled Aspirations in a Low-Income Neighborhood**. Boulder, Colo.: Westview Press, 1987.

MAGUBANE, Bernard Crisis in African Sociology. In: **East Africa Journal**. n. 5. pp. 21-40. 1968.

_____. A Critical Look at Indices Used in the Study of Social Change in Colonial Africa. In: **Current Anthropology**, V. 12. pp. 419-31, 1971.

MARCUS, George. **Ethnography through Thick and Thin**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1998.

MATTHEWS, Fred. **Quest for an American Sociology**. London and Montreal: McGill Queen's University Press, 1977.

MEYER, John, and Brian Rowan. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. In: **American Journal of Sociology**. n. 83, pp. 340-63, 1977.

MEYER, John, John Boli, George Thomas, and Francisco O. Ramirez. World Society and the Nation-State. In: **American Journal of Sociology**. n. 103, pp. 144-81, 1997.

Ó RIAIN, Seán. The Birth of a Celtic Tiger? In: **Communications of the ACM** 40, pp. 11-16, 1997.

PARK, Robert, and Ernest Burgess. **The City**. 1925. Chicago: University of Chicago Press, 1967a.

_____. **Introduction to the Science of Sociology**. 1921. Chicago: University of Chicago Press, 1967b.

POWERS, Brian. **Making Marginality**: How High Schools Reproduce Inequality in the Inner City. New Haven, Conn.: Yale University Press, forthcoming. (s/d).

PRED, Allan & WATTS, Michael. **Reworking Modernity**: Capitalisms and Symbolic Discontent. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1992.

RABINOW, Paul. **Reflections on Fieldwork in Morocco**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1977.

RAY, Raka. **Fields of Protest**: A comparison of Women's Movements in Two Indian Cities. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

REICH, Robert B. **The Work of Nations**. New York: Vintage, 1991.

ROY, Donald, **Restriction of Output in a Piecework Machine Shop**. Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1952a.

_____. Quota Restriction and Goldbricking in a Machine Shop. In: **American Journal of Sociology**, V. 57, pp. 472-42, 1952b.

_____. Work Satisfaction and Social Reward in Quota Achievement. In: **American Sociological Review**, V. 18, pp. 507-14, 1953.

_____. Efficiency and the Fix: Informal Intergroup Relations in a Piecework Machine Shop. In: **American Journal of Sociology**, v. 60, pp. 255-66, 1954.

SAID, Edward. **Orientalism**. New York: Vintage Books, 1979.

SASSEN, Saskia. **The Global City**. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1991.

SCHWARTZMAN, Kathleen. **The Social Origins of Democratic Collapse: The First Portuguese Republic in the Global Economy**. Lawrence: University of Kansas Press, 1989.

SHERMAN, Rachel. From State Extroversion to State Extension in Mexico: Modes of Immigrant Incorporation, 1900-1997. In: **Theory and Society**. n. 28. pp.835-878, 1999.

SMITH, Dorothy. **The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology**. Boston: Northeastern University Press, 1987.

SMITH, Vicki. **Managing in the Corporate Interest**. Berkeley: University of California Press, 1990.

STACEY, Judith. **Brave New Families**. New York: Basic Books, 1991.

SUSSER, Ida Norman. **Street: Poverty and Politics in an Urban Neighborhood**. New York: Oxford University Press, 1982.

SUTTLES, Gerald. **The Social Order of The Slum**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

THOMAS, William I., and ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America**. 2 vols. New York: Alfred A. Knopf, 1927.

THOMAS, Robert. **Citizenship, Gender, and Work**. Berkeley: University of California Press, 1985.

TURNER, Ralph, (ed.) **Robert E. Park on Social Control and Collective Behaviour**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

TURNER, Victor. **Schism and Continuity in African Society**. Manchester, England: Manchester University Press for The Rhodes – Livingstone Institute, 1957.

_____. **The Ritual Process**. London: Routledge and Kegan Paul, 1969.

_____. **Dramas, Fields, and Methods**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1974.

VAN VELSEN, Jaap. The extended case method and situational analysis. In: EPSTEIN, A.L. (ed.) **The craft or urban anthropology**. pp. 29-53. London: Tavistock, 1967.

VINCENT, Joan. **Anthropology and Politics**. Tucson and London: University of Arizona Press, 1990.

WATSON, William. **Tribal Cohesion in a Money Economy**. Manchester, England; Manchester University Press, 1958.

WHYTE, William Foot. **Street Corner Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1943.

WILLIS, Paul. **Learning to Labor: How Working Class Kids Get Working Class Jobs**, New York: Columbia University Press, 1977.

WIRTH, Louis. **The Ghetto**. 1928. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

WOLF, Eric. **Europe and the People without History**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1982.

ZARETSKY'S, Eli. Editor's Introduction. In: **The Polish Peasant in Europe and America**, by William I. Thomas and Florian Znaniecki, edited and abridged by Eli Zaretsky, pp. 1-53. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1984.

ZORBAUGH, Harvey. **The Gold Coast and the Slum**. 1929. Chicago: University of Chicago Press, 1976.